

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

AUGUSTO PASCHOALINO

Na contramão da lógica do agronegócio: uma feira de perspectiva
agroecológica em Araraquara - SP

Araraquara-SP

2019

AUGUSTO PASCHOALINO

Na contramão da lógica do agronegócio: uma feira de perspectiva
agroecológica em Araraquara – SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Orientadora: Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coorientadora: Helena Carvalho De Lorenzo

Araraquara-SP

2019

Ficha Catalográfica

P283c Paschoalino, Augusto

Na contramão da lógica do agronegócio: uma feira de perspectiva agroecológica em Araraquara/Augusto Paschoalino. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2019.

91f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientadora: Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coorientadora: Helena Carvalho de Lorenzo

1. Circuitos curtos de comercialização. 2. Venda direta. 3. Feira.
4. Desenvolvimento territorial. 5. Agroecologia. I. Título.

CDU 577.4



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 | (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

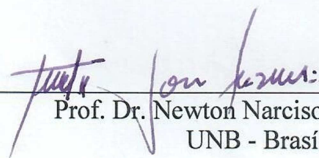
FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: *Augusto Paschoalino*

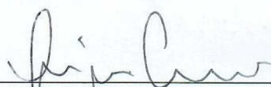
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior
UNB - Brasília



Prof. Dr. Henrique Carmona Duval
UNIARA - Araraquara



Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
UNIARA - Araraquara

Araraquara – SP, 27 de março de 2019.

“... não nos devemos deixar circunscrever pelos ditames de uma pesquisa automática, instrumentalizada, nem aceitar o pré-requisito de nenhum enunciando. Somente a história nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la, para incorporar novas realidades e ideias, para levarmos em conta o tempo que passa e tudo muda... Como uma racionalidade burocrática perversa ameaça invadir até mesmo aqueles recantos que não sabem viver sem espontaneidade, corremos o risco de assistir ao triunfo de uma ação sem pensamento sobre um pensamento desarmado” (SANTOS, 1992 p.95-96).

Dedico este trabalho, especialmente às crianças da feira, filhos dos feirantes e consumidores que semanalmente correm e brincam na Praça da Fonte.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, esta inteligência universal que une os acontecimentos da vida e que está sempre ali, em momentos de prazer e aflição, basta acessarmos e confiarmos.

Agradeço à minha família, suporte inesgotável de amor e carinho, lugar de aconchego e confiança.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente: todo o auxílio e paciência das “meninas” da secretaria, Silvinha, Ivani, Fer e Tati, que muitas vezes são a personificação deste programa; aos Professores, em especial aos Professores Queda, Helena, Baltasar e Zé Maria pelas contribuições neste trabalho, pelos aprendizados de vida, pela confiança e convívio. Agradeço também ao Professor Sérgio Fonseca, que, desde a época da UNESP, me inspira e me incentiva à carreira acadêmica.

Agradeço à minha querida orientadora Vera Botta, fonte de profunda sabedoria e alegria, inspiração no viver e na construção de um mundo mais digno e alegre. Sou muito grato pelo acolhimento e confiança!

Agradeço ao Professor Henrique Carmona, pela disponibilidade e paciência, pelas contribuições e dicas que foram essências à realização deste trabalho. Sempre será minha referência!

Agradeço ao Professor Newton pelo aceite e disposição em participar da banca, pelas contribuições, sugestões e parceria.

Agradeço ao povo do NUPEDOR e NEEA, companheiros de trabalho e de luta, amigos que tanto me ensinam, inspiram e me apoiam. E aqui faço questão de citá-los nominalmente, pois este trabalho não aconteceria sem o suporte e as contribuições de cada um deles:

À Daiane, pela disposição e amizade, pela solidariedade e carinho, sou eternamente grato a ti, minha amiga! Ao César Giordano, pelos ensinamentos e risadas, pelos momentos de diversão e aprendizado, grato, meu parsá! À Lari e ao Gu, pelos momentos juntos, pelas trocas e palavras sinceras, obrigado de coração, amigos! À Elisa, amiga de longa data e de “outros carnavais”, sempre serei seu fã, grato pelo apoio e sinceridade! À Laís, pelas trocas geográficas e não geográficas, pelas risadas e cutucadas, pelas mais divertidas idas a campo, grato demais Lalá! Ao Joviro, pelo companheirismo e eloquência divertida de sempre, obrigado grande Joviro! Ao Antônio Wagner, figura única e divertida, obrigado pelos

ensinamentos, pelas prosas e risadas! À Gislaine, pelas conversas, pelo ombro amigo, pelo colo e por compartilhar os prazeres e dificuldades em sermos geminianos, grato Gi! À Camila Borsa, pelas conversas, pelas caronas e idas a campo, por partilhar o mundo do Yoga e ter se tornado uma amiga querida, grato Cá! Ao César Feliciano, camarada de ensinamentos biológicos e de vida, obrigado pelos momentos César! À Thauanna e Daniel, pelo exemplo e carinho, pela paciência e cuidado, vocês são referências e sou grato e tê-los em minha vida! À Ana Flávia, pelos “bom-dia” quase que diários, pelos cafés, conversas e abraços carinhosos, grato Frá! Ao Osvaldo Aly, pelos inúmeros ensinamentos e momentos de descontração, valeu Osvaldo! Novamente ao Balta e ao Zé Maria, pelas conversas durante os almoços, pelo convívio leve e divertido, e claro por instigarem a esperança na agroecologia. Aos “novos”, Fábria, Gabriela, Jonas, Dayana e demais, agradeço pela vontade, determinação que chegaram e vieram somar ao grupo e também pelas novas visões que trouxeram...

Agradeço ao povo da feira e do assentamento e desejo que este trabalho, possa minimamente reverter algum fruto a vocês: ao Toninho e Lu, que se tornaram amigos queridos e me proporcionaram inúmeros aprendizados sobre a terra e os alimentos, sobre as feiras e sobre a vida; à Edna, e todo seu carisma e aconchego, agradeço às prosas, sorrisos, trocas e à esperança compartilhada; à Sirlei e todo o envolvimento e garra, à confiança e os bons momentos; ao Seu Joaquim e Dona Fátima, pela disponibilidade e carinho; ao Luisinho, pelos aprendizados compartilhados; à Dona Maria, pelas rezas, sorrisos e prosas; ao Lucas pelos bate-papos, pela amizade, exemplo e companheirismo; à Lara, por compartilhar seus sonhos e pela garra de sempre; a Bruna e ao Hermano, pelo apoio e amizade; ao Rubinho, pela alegria e pelos registros; ao Vinicius, e suas canções e composições tão inspiradoras; ao Seu João e ao Humberto Perego, pelo apoio e confiança; à Elise e ao Ber, pelos inúmeros momentos de diversão e brincadeiras durante a feira; a todos os consumidores da feira que pude conhecer e conviver durante este tempo, e a todos os que passam e passaram por ali.

Agradeço ao povo da Limão, morada física e também de alma, o Rafa, a Stefani, a Satie, a Giu, o Fran, a Elisa (novamente), a Rose, o Caião Perego, o Cal, o Marcelão e a Peteka, minha parceira canina. Gratidão eterna amigos!!!

Agradeço também ao povo do Yoga. A Marcella, Sylvia e demais mestres e amigos desta jornada! Om Namah Shivaya.

Agradeço a toda comunidade da C.S.A. São Carlos, que me envolvi e pude somar durante parte deste mestrado e que foi essencial para aprofundamento do conhecimento e da prática

agroecológica, e de fortalecer o entusiasmo na possibilidade da existência de distintos modos em comercializar.

Aos amigos de sempre, que por sorte a minha são muitos e não irei me estender em cita-los nominalmente, mas sou só gratidão, sempre!

Agradeço à Coordenadoria da Agricultura em nome da Silvani, agradeço ao DAAE em nome do Marcelo e da Josi.

Por fim, agradeço a CAPES pelo auxílio através da bolsa, pois este trabalho não seria possível sem esta contribuição.

RESUMO

Este trabalho de dissertação, desenvolvido no âmbito do programa interdisciplinar de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA), tem como tema central a comercialização de gêneros alimentícios por parte de agricultores, em sua ampla maioria, assentados, através de um circuito curto de venda direta em uma feira de caráter agroecológico no município de Araraquara – SP. A principal contradição apontada e desenvolvida é buscar entender o significado da expressão desta feira, em uma região territorial vastamente dominada pela lógica contrária a estes valores. Para tanto o objetivo geral deste trabalho é caracterizar a feira, levando em consideração suas particularidades territoriais. Os objetivos específicos derivados do objetivo geral é identificar o perfil dos principais atores envolvidos, caracterizar a dinâmica de comercialização, identificar e analisar aspectos da institucionalidade e sociabilidade, investigar os motivos que levaram os agricultores a optarem por esta estratégia de renda, investigar a relação entre a participação na feira e a produção de base ecológica, identificar os motivos que levam os consumidores à feira e a relevância nas relações de proximidade, confiança e reciprocidade entre estes e os agricultores-feirantes. Para o alcance destes objetivos, a pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, utilizando o método do estudo de caso. O caso empírico foi acompanhado semanalmente durante o período de 15/08/2017 a 19/02/2019. Neste acompanhamento, partimos dos pressupostos da pesquisa-ação, mesclando as técnicas da observação direta, do diário de campo e entrevistas temáticas abertas, além de registros fotográficos e pesquisa documental; para caracterização e coleta dos dados. A feira se mostrou como um espaço vivo e multidimensional, abrangendo as dimensões econômicas, da sociabilidade e formação, do meio ambiente e da cultura, do lazer e ócio, em suas perspectivas urbanas e rurais. Foi verificado um significativo aumento na renda dos agricultores e o aprofundamento no processo de transição agroecológica. A relação de confiança e proximidade entre consumidores e agricultores é presente, o que sugere o estabelecimento de uma comunidade em torno da produção. Além disto, observa-se que a feira é a materialização de um projeto de extensão universitária que caminha na transformação de uma política pública municipal.

Palavras-chave: Circuitos curtos de comercialização; Venda direta; Feira; Desenvolvimento Territorial; Agroecologia.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1 INTRODUÇÃO	9
2 TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AGROECOLOGIA	14
2.1 A Lógica Desigual do Território: Algumas Considerações	15
2.2 Desenvolvimento a partir do enfoque territorial.....	22
2.3 A agroecologia como perspectiva inovadora	26
3 CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: FEIRAS	29
3.1 Circuitos curtos como alternativa ao modelo hegemônico de comercializar.....	29
3.2 As feiras como uma modalidade de circuito curto	31
3.3 Feiras em Araraquara: o programa negócio do campo	34
4 A FEIRA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E ARTESANAIS “DA ROÇA PARA A MESA”	37
4.1 Histórico e Caracterização.....	37
4.2 Dinâmica da comercialização nos dois períodos.....	42
4.3 Atores Principais.....	45
Toninho, o guardião da feira	45
Edna, a liderança da Associação.....	47
Sirlei, a assentada empreendedora.....	49
Lucas, o apelo do movimento da agricultura alternativa	51
Seu Joaquim, e as feiras como prioridade de renda	52
Luisinho, a representação da juventude	53
Joana e Daniel, expressão das descontinuidades	54
4.4 Atores Secundários.....	55
Fortalecendo laços: o consumidor vai a campo.....	60
4.5 Aspectos da Sociabilidade	61
4.6 Aspectos da Institucionalidade	64
4.7 Atores institucionais.....	66
5 CONCLUSÕES.....	69
REFERÊNCIAS.....	72

ANEXOS	77
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	77
Anexo B - Regulamento interno da feira de produtos agroecológicos na UNIARA.....	78
Anexo C - Regulamento interno da feira de produtos orgânicos e artesanais “Da Roça para a Mesa”	81
Anexo D – Lei municipal sobre o Programa Negócio do Campo.....	84
APÊNDICE – Atas das reuniões com os feirantes	86

APRESENTAÇÃO

Desenvolvemos este trabalho de dissertação no âmbito do Programa Interdisciplinar de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara (UNIARA), localizada no município de Araraquara, interior paulista, no decorrer dos anos de 2017, 2018 e primeiro trimestre do ano de 2019, como assim nos estabelece o calendário gregoriano.

Santos (1992, p. 95) nos conta que a grande distinção da universidade é que “ela reúne homens e mulheres de idades diversas, todos dedicados a viver o seu tempo e a interpretá-lo”. De fato, viver e interpretar este conturbado momento histórico é a força motora que nos instiga e nos move a pesquisar sobre este tema no tempo do agora. Tema este que será apresentado nos próximos parágrafos, mas não antes de discutirmos dois aspectos que nos foram essenciais para a realização deste trabalho, e que nos parece ser ainda mais essenciais para a construção de um conhecimento científico coerente e de fato útil à sociedade, como é o caso da interdisciplinaridade e do diálogo de saberes.

A interdisciplinaridade surge num contexto de insurgência de uma nova “consciência ecológica” fundada numa visão holística da realidade (LEFF, 2000 p. 309), reconhecendo a necessidade de transformar e reorganizar profundamente o conhecimento. Ela se apresenta, neste sentido, como contraponto ao modelo de educação formal ocidental, que preza pela estrutura cartesiana rígida de conhecimento científico, distinguindo e dividindo o conhecimento em inúmeras disciplinas esparsas, que na maioria das vezes se quer dialogam entre si.

Este modelo convencional de construção do conhecimento científico, pautado no “logocentrismo da ciência” e na “economização do mundo” e guiado pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado (LEFF, 2000 p. 311), constrói um tipo de conhecimento enviesado, raso, a-histórico e subserviente as regras do mercado.

Do ponto de vista prático do desenvolvimento deste trabalho, a interdisciplinaridade se apresentou como um desafio ao articular o olhar científico principalmente de áreas como a geografia, sociologia, antropologia, gestão, ciência política, economia, demografia, agroecologia e direito. O ambiente acadêmico do mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, a convivência com colegas de diversas áreas do conhecimento em sala de aula, e especialmente o envolvimento no Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) e no Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia (NEEA) contribuíram sobremaneira para a construção de um conhecimento interdisciplinar acadêmico, e na tentativa de aqui, de alguma forma, expressá-lo.

Entretanto, de acordo com Leff (2000), conhecimento implica a “inter-relação de processos, conhecimentos e práticas, que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e suas possíveis articulações”. Ou seja, não devemos buscar a interdisciplinaridade apenas dentro do ambiente acadêmico, mas também fora dele. Ainda para este autor, a interdisciplinaridade é o caminho para o surgimento de um conhecimento ainda mais abrangente, a transdisciplinaridade, que se coloca neste momento acadêmico presente, como uma utopia a ser alcançada.

Aliado aos desafios da construção do conhecimento interdisciplinar dentro do ambiente universitário inseriu-se na perspectiva de desenvolvimento deste trabalho, assim como propagado e defendido por Leff (2000) e Santos (1992; 1999), articular e dialogar com distintos tipos de saberes não acadêmicos ou formais, em específico, neste caso, aos saberes dos agricultores assentados que, por falta de oportunidades mais que por outros motivos, não tiveram acesso à educação superior, mas que são possuidores de saberes muitas vezes mais profundo e mais fidedigno ao cotidiano que aquele desenvolvido pela ciência acadêmica. Esta articulação entre conhecimento científico e saberes populares entra no debate da agroecologia, no chamado “diálogo de saberes”.

Inseridos nesta perspectiva de construção interdisciplinar do conhecimento, dentro e fora do ambiente acadêmico, escolhemos desenvolver como tema desta dissertação a comercialização de gêneros alimentícios por parte de agricultores, em sua ampla maioria, assentados, através de um circuito curto de venda direta em uma feira de caráter agroecológico no município de Araraquara – SP. Tal temática será desenvolvida em quatro distintas seções, além desta apresentação de abertura e outra conclusiva de encerramento.

A primeira seção, de introdução, discorre sobre o universo empírico, os objetivos da pesquisa, os caminhos metodológicos seguidos e as justificativas. A segunda seção tem um caráter teórico mais geral, trazendo aspectos pertinentes à problematização, discussão e enfoque dado à temática, como a lógica dominante do agronegócio, apontamentos e conceituações sobre território e enfoque territorial, e a perspectiva da agroecologia. A terceira seção se aprofunda na discussão teórica mais específica que envolve o tema, trazendo referências dos circuitos curtos e um levantamento bibliográfico sobre feiras brasileiras de agricultura alternativa. A quarta seção caracteriza o caso empírico da feira estudada e traz as principais percepções de desenvolvimento do trabalho, com intuito de responder e atingir os objetivos propostos. E, por fim, nas conclusões, são relatados percepções e apontamentos, assim como sugeridos possíveis continuidades e desdobramentos da pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

O universo empírico deste trabalho é o espaço físico e social da feira “Da roça para a mesa” envolvendo os múltiplos agentes participantes de sua materialização. Entende-se como espaço físico o lugar em que a feira se materializa no tempo-espaço, ou seja, às tardes das terças-feiras na Praça da Fonte (anteriormente no pátio da unidade IV da UNIARA). Portanto, o *locus* da pesquisa acontece neste cenário. Já o espaço social envolve os agentes participantes da feira, aqueles que fazem a feira “acontecer”, que são os chamados atores ou sujeitos da pesquisa. O caráter múltiplo dos atores se dá na medida em que envolve agricultores do campo (assentados e não-assentados), expositores e artesãos, consumidores, transeuntes variados, membros dos grupos de pesquisa (NUPEDOR/NEEA), agentes institucionais (vinculados à prefeitura e à autarquia do Departamento Autônomo de Água e Esgoto - DAAE). Todos estes atores compõem o cenário da feira e, portanto, são relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa, porém é fato que o grau de importância destes no acontecer da feira é distinto, não sendo tarefa fácil distinguir exatamente o nível de importância de cada um, mesmo assim é possível apontar intencionalmente algumas distinções e dividi-los em categorias para o desenvolvimento do trabalho e da análise. Portanto os foram divididos em atores principais, atores secundários e atores institucionais.

Os primeiros são os feirantes-agricultores, são aqueles protagonistas deste trabalho, sobre os quais foram debruçadas mais profundamente suas histórias e análises; os segundos são os demais feirantes (artesãos e expositores – que compõem o que é chamado de nicho artesanal da feira), os consumidores, em especial quinze deles, destacados pela assiduidade e pelo envolvimento, e os frequentadores e artistas que se apresentam na feira; os terceiros atores representam uma coletividade institucionalizada, e são a comissão da feira, a coordenadoria de agricultura, o DAAE e a Universidade (UNIARA), envolvendo os núcleos de pesquisa e extensão do NUPEDOR e NEEA.

Faz importante salientar que a feira não acontece apenas no momento e no cenário supracitado (às terças-feiras na Praça da Fonte). O acontecer da feira é um fenômeno bem mais complexo e esparsos que este evento pontual. Pode-se dizer que se estende em diversos outros momentos e espaços, como no sítio dos agricultores, onde é produzido o que é comercializado; nas reuniões do NUPEDOR/NEEA em que são discutidas questões que envolvem a feira; nos encontros da comissão gestora; e até mesmo em espaços virtuais, como nos grupos de *whatsapp*, pois muitas vezes é neste espaço que decisões importantes são tomadas e informadas, mesmo com todos os ruídos de comunicação decorrente deste meio.

Estes espaços virtuais também são relevantes no que diz respeito ao diálogo e reconhecimento mútuo dos participantes.

O objetivo geral deste trabalho é de caracterizar a feira de orgânicos e artesanais “Da Roça para a Mesa”, levando em consideração suas particularidades territoriais e no entendimento desta enquanto um circuito curto de venda direta do município de Araraquara – SP.

Os objetivos específicos, derivados do objetivo geral seguem a seguir:

- Identificar o perfil dos principais atores envolvidos;
- Caracterizar a dinâmica de comercialização da feira;
- Identificar e analisar aspectos da institucionalidade e da sociabilidade;
- Investigar a relação entre a participação na feira e a produção alternativa e agroecológica no campo;
- Identificar os principais motivos que levam os consumidores à feira;
- Identificar a relevância das relações de proximidade, confiança e reciprocidade entre feirantes e consumidores.

Para o alcance destes objetivos, a pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, utilizando o método do estudo de caso, tal qual descrito por Yin (2010 p. 77-85) em que é abordado um caso específico empírico sobre um fenômeno em seu contexto natural, a fim de chegar a resultados relevantes para o entendimento deste fenômeno, no caso a feira “Da Roça para a Mesa”.

O caso empírico estudado foi acompanhado semanalmente durante o período de 15/08/2017 a 19/02/2019. Neste acompanhamento, foi levado em consideração os pressupostos da pesquisa-ação, que segundo Tripp (2005), trata-se de “uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”, desta maneira, o pesquisador atua de forma ativa e em cooperação com os sujeitos da pesquisa, se propondo a alterar o que está sendo pesquisado, ao mesmo tempo em que é limitado pelo contexto e por preceitos éticos.

Para a realização desta “investigação-ação”, utilizaram-se técnicas de inspiração etnográfica, que serviram de base para a compreensão e caracterização da feira, como a observação direta e a utilização do diário de campo, juntamente com a utilização de entrevistas temáticas abertas.

Duval (2009 p. 8) já assinalava a importância do “olhar etnográfico” para os estudos que envolvem a agricultura familiar, na medida em que as técnicas de inspiração etnográfica permitem a análise profunda da realidade de um contexto local.

Segundo Abramo (1979 p. 39-40) na observação direta, o pesquisador se coloca em espaço e tempo que lhe permite assistir às manifestações do fenômeno a ser estudado podendo utilizar distintas formas para registro das observações como a utilização de registros fotográficos e do diário de campo. Duval (2009, p. 12) definiu o diário de campo como um “pequeno caderno de bolso” que acompanha o pesquisador nos trabalhos de campo e permite que sejam registradas as passagens nestas visitas, a fim de que, em momentos posteriores da pesquisa, esses registros sejam lembrados e associados a outros fatos da execução da pesquisa.

Já a entrevista aberta é uma técnica que implica a interação entre o pesquisador e o entrevistado através de questões correspondentes ao universo temático da pesquisa (ABRAMO, 1979 p. 82-83).

A utilização das técnicas de inspiração etnográfica, inserida nos preceitos da pesquisa-ação deu o tom principal à metodologia utilizada. Entretanto, é necessário acrescentar no construir metodológico o uso da pesquisa documental, pois foram consultado e analisado documentos, leis, relatórios e atas referentes à criação e ao desenvolvimento da feira em questão e sobre a legislação municipal que rege as demais feiras de Araraquara. Ressalta-se também a utilização dos registros fotográficos, com o intuito de retratar e ilustrar momentos e sujeitos da pesquisa, através da utilização de imagens.

Como o acompanhamento da feira não ocorreu apenas enquanto espectador e pesquisador, e no intuito de alinhar pesquisa e extensão, ou cooperação nos termos de Saquet (2017), seguindo os preceitos da pesquisa-ação, o compromisso em pesquisar a feira se une ao compromisso em materializá-la, o que, por sua vez, trouxeram elementos para análise de quem olhou o “fazer a feira” do lado de dentro. Desta forma, cooperou-se com os agricultores em reuniões de dinamização da feira, nas discussões sobre a atualização do regulamento e na mediação do diálogo com agentes institucionais, além de sugestões no intuito de melhorar a harmonização espacial e social da feira.

Esta situação de proximidade e envolvimento com o caso empírico estudado traz um grau de complexidade subjetivo a este trabalho, pois a inserção direta neste universo coloca o pesquisador, muitas vezes, atuando como os próprios sujeitos da pesquisa fariam o que por

um lado, traz ricos elementos de análise, mas por outro o pesquisador constantemente num processo de autoanálise, aonde o olhar crítico é também autocrítico.

Os elementos destacados para análise foram pinçados a partir do que foi observado em campo e dos diálogos das entrevistas. Estes elementos serviram como base para a análise integrada dos dados dialogando com autores, sobretudo autores da bibliografia específica sobre feiras, e articulando-os com alguns conceitos e categorias julgadas importantes como: “autonomia”, “liberdade”, “circuitos curtos de comercialização”, “venda direta”, “trama de tensões”, “modo de vida”, “feira enquanto modo de reprodução social e econômica”, “política pública de âmbito local”, “desenvolvimento territorial”, “enraizamento ao território”, “estratégias de comercialização”, “solidariedade”, “reciprocidade” “agricultura familiar”, “assentado”.

Do ponto de vista do conhecimento científico, este trabalho visa contribuir aos resultados e discussões do projeto financiado pelo CNPq “Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais”. Tal projeto, desenvolvido em parceria pelo NUPEDOR e a Universidade de Brasília (UnB), com colaboração da Universidad de Buenos Aires (UBA), objetiva mapear e analisar as alternativas de comercialização de agricultores familiares a partir de experiências de grupos formais e informais, privilegiando-se circuitos curtos. A investigação ocorre, concomitantemente, em dois campos empíricos distintos, um na região de Araraquara, e outro na região de Brasília, seguindo base metodológica semelhante, a fim de inferir comparações entre estas regiões.

Esta dissertação também pretende contribuir ao acervo de registros do NUPEDOR, que há décadas atua no entendimento do rural, sobretudo, dos assentamentos da região de Araraquara, bem como colaborar ao entendimento do funcionamento dos circuitos curtos de comercialização no município, se aprofundando no caso específico da feira de orgânicos e artesanais “Da Roça para a Mesa”.

Os circuitos curtos de comercialização são fenômenos relativamente novos do ponto de vista teórico, porém cada vez mais aparecem na agenda das pesquisas de cientistas do Brasil e do mundo, como Schneider e Ferrari (2014), Marsden, Banks e Bristow (2000), Ferrari (2011), Saquet (2017) e outros. Motivados na urgência em repensarmos, enquanto sociedade, o atual modelo de produção e comercialização, para que se possam pautar esses processos com distintos valores. Dessa maneira, este trabalho visa também contribuir para o aprofundamento das produções e discussões acadêmicas sobre este tipo de circuito comercial.

Alinhando os estudos sobre comercialização aos estudos de assentamentos da reforma agrária, tem-se a expectativa de buscar atender uma demanda interna dos agricultores

assentados do município de agregar valor aos seus produtos comercializando-os por meio da venda direta, e desta maneira, podendo se desvincular de atravessadores e contratos com agroindústrias, o que, em hipótese, sugere maior autonomia sobre seus territórios e seus modos de vida e os fortalecem no enfrentamento aos constrangimentos impostos pelo modelo dominante.

Do ponto de vista mais prático, os esforços empreendidos durante os anos de realização deste trabalho, em conjunto com a participação do pesquisador nos núcleos de pesquisa (NUPEDOR/ NEEA) podem acarretar desdobramentos como a inserção do regulamento interno da feira, enquanto uma modalidade do Programa Municipal Negócio do Campo, e auxiliar na materialização de uma comunidade, aos moldes das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) entorno da produção dos agricultores participantes da feira.

Do ponto de vista pessoal do pesquisador, o desenvolvimento deste trabalho, além da perspectiva de obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, pôde proporcionar inúmeros momentos de aprendizado, científicos e não científicos, abrindo portas e conectando, por meio de distintas redes, às pessoas instigadas na transformação do sistema-mundo.

Sem ter a pretensão de que este trabalho seja um marco revolucionário aos estudos dos circuitos curtos e de feiras, deseja-se ao menos, que sirva de inspiração para que, no futuro, outros pesquisadores sigam se debruçando e aprofundando análises no entendimento dos circuitos curtos, em especial, nas feiras, um modo tão espontâneo e abrangente de comercializar produtos e socializar a vida.

O trabalho obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da UNIARA, sob o parecer nº 2667936 de 22 de maio de 2018. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo A) foi apresentado e assinado por todos os participantes da pesquisa.

2 TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AGROECOLOGIA

*Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio,
Ó produtores de alimento com veneno
Vocês que aumentam todo ano sua posse
E que poluem cada palmo de terreno
E que possuem cada qual um latifúndio
E que destratam e destroem o ambiente
De cada mente de vocês olhei no fundo
E vi o quanto cada um, no fundo, mente.*

*Vocês desterram povaréus ao léu que erram
E não empregam tanta gente como pregam
Vocês não matam nem a fome que há na terra
Nem alimentam tanto a gente como alegam
É o pequeno produtor que nos provê e os
Seus deputados não protegem, como dizem:
Outra mentira de vocês, pinóquios véios
Vocês já viram como tá o seu nariz, hem?*

*Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve
Sem o agrobiz, feroz, desenvolvimentista
Mas até hoje na verdade nunca houve
Um desenvolvimento tão destrutivista
É o que diz aquele que vocês não ouvem
O cientista, essa voz, a da ciência
Tampouco a voz da consciência os comove
Vocês só ouvem algo por conveniência*

Chico César, Reis do Agronegócio, Álbum Estado de Poesia, 2015.

2.1 A Lógica Desigual do Território: Algumas Considerações

A grande propriedade de terra e o monocultivo fazem parte da paisagem brasileira desde a colonização portuguesa. A cana, trazida para ser cultivada em solo brasileiro para o abastecimento do mercado europeu de açúcar, talvez seja o mais emblemático exemplo desta forma de organização latifundiária. No Brasil colônia, as *plantations* funcionavam diretamente direcionadas à Europa, e a economia tinha por base este modelo agroexportador. Para a produção da cana-de-açúcar, os senhores do engenho, donos das grandes propriedades de terra, exploravam o trabalho escravo. Desta forma, a sociedade colonial brasileira desenvolveu-se como subproduto do açúcar. Nas imensas terras se cultivava proporcionalmente muito mais cana para o mercado externo do que comida para o mercado interno. O resultado desta produção extensiva foi o esgotamento do solo da Zona da Mata Nordestina, antes cheio de fertilidade e biodiversidade.

Num contexto mais contemporâneo, as grandes propriedades monocultoras continuam a existir, sendo altamente mecanizadas fruto da revolução verde do campo que se iniciou em meados do século XX. A “modernização” intensiva da agricultura brasileira objetivou-se em mecanizar a produção agrícola do país, para atender a demanda crescente do mercado de máquinas e insumos agrícolas norte-americanos. Ou seja, o campo brasileiro se “modernizaria” na medida em que aumentaria sua dependência de empresas e fundações estadunidenses que forneceriam a tecnologia necessária para tal, como tratores, colheitadeiras, sementes transgênicas, agrotóxicos, dentre outros. As elites políticas conservadoras e os latifundiários apoiaram essa ideia de modernização em detrimento da proposta de reforma agrária, que alteraria a estrutura fundiária do país, apoiada pelo campo da esquerda. O discurso era que a modernização resolveria a questão do abastecimento interno de alimentos e da fome (COSTA, 2004, p. 10). Por esses motivos, Guilherme Delgado (1985) chama a modernização trazida pela revolução verde de “modernização conservadora”. Já José Graziano da Silva (1982) utiliza outro adjetivo para defini-la, chamando-a de “modernização dolorosa”.

A modernização conservadora ou dolorosa afetou também o modelo de comercialização da produção agrícola, um resultado disso foi a criação, por parte do Estado, das centrais de abastecimentos (CEASA), no início dos anos 1970. A criação dos CEASAs era parte integrante do 1º Plano Nacional do Desenvolvimento (PND, 1972-74) do período militar, com o intuito de “modernizar e centralizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas”. O PND também tinha como diretrizes para a política do

desenvolvimento agrícola nacional um sistema de incentivos fiscais e financeiros, apoiado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) de 1965, para o aumento da produção, do investimento, da comercialização e para a transformação tecnológica agrícola. Outros pontos das diretrizes do PND eram a disseminação de insumos agrícolas “modernos” e o aumento da pesquisa agrícola em grande dimensão (BRASIL, 1972).

Costa (2004, p. 12) sistematiza e resume a modernização conservadora brasileira em três distintos momentos: um primeiro momento no início da década de 1950 caracterizou-se pela elevação dos índices de tratorização e pelo consumo de adubos solúveis à base de Nitrogênio, Fósforo e Potássio (NPK) importados dos Estados Unidos; um segundo momento, já mais para o final da década de 1950 – mas expandido, sobretudo, durante os governos militares – consistiu na implantação de setores de bens de produção e insumos básicos para a agricultura, objetivando a industrialização dos processos da produção rural e financiados pelo Estado através do crédito rural; um terceiro momento consistiu de um aprofundamento das relações entre estas agroindústrias que culminou na criação do chamado complexo agroindustrial.

Muller (1989 p. 41) entende o complexo agroindustrial como sendo a “forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relacionadas às atividades agrárias”. Kageyama (1987, p.10-11) agrega que o capital é o elemento que une as diversas atividades dos complexos agroindustriais, mais que ligações técnicas são, sobretudo, ligações financeiras. Dessa forma, o complexo agroindustrial centraliza e integra as diversas formas de capitais, do agrário ao financeiro, passando pelo capital industrial e bancário.

O mercado das agroindústrias é controlado pelo chamado *agribusiness* ou agronegócio e está intimamente ligado ao capital financeiro e as corporações transnacionais, sobretudo norte-americanas e europeias. A partir da década de 1990, com a ascensão das políticas neoliberais e a consequente abertura comercial, o agronegócio encontrou terreno fértil. Guilherme Delgado (2005, p.13) considera o agronegócio na acepção brasileira do termo como “uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária” e conclui que “essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado”.

Os grandes conglomerados econômicos mundiais controlam cada vez mais as atividades agrícolas brasileiras, tendo o poder de determinar o que, para onde e em qual quantidade a produção e a comercialização devem acontecer (CAMPOS; CAMPOS, 2007). A disseminação do uso do etanol como combustível em todo território nacional, estimulado por

programas governamentais como o PROALCOOL da década de 1970, aumentou a demanda deste produto e a agroindústria do açúcar transformou-se na agroindústria sucroalcooleira.

A cana, outrora no período colonial cultivada em larga escala no Nordeste brasileiro, sobretudo na faixa da Zona da Mata entre a Bahia e Pernambuco, atualmente tem o estado de São Paulo como principal produtor, mais especificamente nas regiões noroeste e central do interior paulista. Segundo dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) a área destinada para cana no estado, no ano de 2002 era de 2.660.950ha, produzindo um total de 212.707.367 toneladas sendo o valor da produção 6.481.193 bilhões, esses índices dobraram em 10 anos, sendo a área produzida em 2012 de 5.150.461ha, a produção de 406.152.815 toneladas e o valor da produção de 22.430.536 bilhões.

Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA), a cana de açúcar é o principal produto agropecuário paulista, representando 37,3% de todo o valor da produção agropecuária do estado em 2015, nesse mesmo ano, a produção paulista representou 55,2% da produção nacional de cana, 48,3% da produção de etanol, equivalente a 14,3 bilhões de litros, e 63,6% da produção de açúcar, equivalente a 21,3 milhões de toneladas. Segundo o IEA, no ano de 2016, a área da produção foi de 5.569.184,94ha, produzindo 438.595.045,40t, o valor da produção ainda não havia sido estimado (IEA, 2016).

Uma das principais áreas de desenvolvimento da cana no estado, que representa aproximadamente 10% de toda a extensão e produção do cultivo (SEADE, 2012) é a região administrativa central, também chamada de região central paulista, composta pelas regiões de Araraquara e de São Carlos, num total de 26 municípios. A população da região é pouco superior a um milhão de habitantes distribuídos em uma área de aproximadamente 11.000 km². Dentre estes municípios, Araraquara e São Carlos, sede das respectivas regiões de governo, despontam como os principais da região tanto do ponto de vista econômico, apresentando os maiores PIBs, quanto do ponto de vista demográfico, possuindo conjuntamente praticamente metade da população total da região, sendo as populações de Araraquara e São Carlos estimadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, respectivamente de 228.664 e 243.765 habitantes.

A paisagem da região é bastante homogênea, aonde se vê o “mar verde” sem fim das grandes plantações de cana-de-açúcar. O trecho rodoviário da Washington Luís, que interliga essas duas cidades, é dominado de ponta a ponta pelo cultivo, em ambos os lados da pista. Assim também é nas rodovias intermediárias que ligam as cidades aos municípios vizinhos, e também nas vias de acesso que conectam as áreas rurais municipais, como as que ligam aos

assentamentos da região. Há pouco espaço para outras culturas, há quase nenhum para o que restou dos biomas originais do cerrado e da mata-atlântica.

O município de Araraquara, embora menos populoso que São Carlos, é o mais antigo e a sede política da região. Os espaços habitados com maior diversidade de culturas agrícolas deste município, mesmo com todas as contradições e dificuldades encontradas, são os territórios dos assentamentos. São dois assentamentos na abrangência municipal de Araraquara, sendo que um deles, o Monte Alegre, também possui parte de seu território nos municípios de Matão e Motuca. Este assentamento se divide em seis diferentes núcleos (Monte Alegre I ao VI) e também possui os apêndices do Horto de Bueno de Andrade e de Silvania, todos estes núcleos são de responsabilidade institucional do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), possuindo em sua totalidade de núcleos, 416 famílias assentadas. Os primeiros quatro núcleos foram instalados através dos Projetos de Assentamento (PA) em meados da década de 1980, e os demais, na década posterior. Já o outro assentamento, PA Bela Vista do Chibarro, é de responsabilidade institucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) possuindo aproximadamente 200 famílias assentadas.

São nestes assentamentos que a agricultura familiar de Araraquara mais encontra expressão. Segundo Duval, Bergamasco e Ferrante (2015) a agricultura familiar na região de Araraquara se caracteriza por estabelecer um contraponto ao agronegócio, entretanto, alertam que a agricultura regional como um todo é influenciada pelo complexo agroindustrial da cana. Eles constatarem que a imposição da cana no território é uma característica intrínseca à estrutura agrária e de poder da região, aonde grande parte da economia é subordinada a este complexo agroindustrial. Segundo estes mesmos autores, a presença da cana nos lotes dos assentamentos se apresenta diante da falta de alternativas viáveis de renda para investimento e do modelo de desenvolvimento convencional utilizado nesta estruturação.

Queda, Kageyama e Santos (2009, p.54) corroboram com a análise de Duval, Bergamasco e Ferrante (2015) e acrescentam que as ações propostas para o desenvolvimento de atividades produtivas nos assentamentos, tanto pelas agências oficiais quanto pelos movimentos sociais, foram insatisfatórias, pois foram insuficientes para garantir a provisão de alimentos e gerar excedente econômico. Dessa forma, as famílias assentadas acabam envolvidas “com” e “pelo” agronegócio, como exemplo os autores citam a relação entre a produção de cana-de-açúcar com a agroindústria sucroalcooleira e a produção de eucalipto com a indústria de papel e celulose.

Um exemplo claro e concreto deste assédio se deu no interior do assentamento Monte Alegre, localizado entre os municípios de Araraquara e Motuca, onde, na década de 1990 foi proposto, com intensa participação do poder público regional, um consórcio entre a usina Santa Luiza Ltda e os assentados do Monte Alegre, que previa a plantação de cana em 12hectáres dos 16hectáres totais dos lotes, além de alguns benefícios aos assentados como fornecimento de leite de soja e bagaço de cana auto-hidrolizado.

A usina se comprometeria em fazer a manutenção das estradas do assentamento e o controle da erosão e da recuperação do solo, e também de contratar mão de obra assentada para a produção, o que na prática, poria os assentados novamente na categoria de assalariados da cana, visto que grande parte foram boias frias anteriormente. Este consórcio visivelmente diminuiria a autonomia e a liberdade dos assentados em relação aos seus próprios lotes (FERRANTE, 2007, p. 65-67). O polêmico consórcio foi duramente criticado pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e também pelo Departamento de Assuntos Fundiários (DAF) e acabou não se concretizando, porém não tardou até que a usina novamente apresentasse uma nova “parceria”, quando em meados dos anos 1990 foi proposto um novo consórcio, em que até 50% do lote deveria ser destinado à cana, que por fim, também não se concretizou.

Tais consórcios foram objeto de estudo da dissertação de Eliana Stetter (2000), que, dentre outros aspectos, observou o caráter clientelista da proposta, em que o poder público local estrategicamente firmava laços de amizade com as lideranças do assentamento e lhes ofereciam “ajuda”, para que estes convencessem os outros assentados a aderirem ao consórcio, num processo de troca de favores. Também é nítida a interferência de interesses particulares neste processo, pois o principal ator proponente do consórcio foi o prefeito municipal de Motuca à época, que era o maior acionista da usina. Embora tais consórcios não tenham se concretizado de fato, é claro o avanço e a pressão das usinas de cana sobre o território dos assentamentos, num processo de “cercamento” destes territórios, que em tese, seriam espaços destinados à agricultura familiar e autônoma (STETTER, 2000).

Frente a isso e a outras pressões do tipo, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), que administra o assentamento Monte Alegre, estabeleceu a portaria 077 – 2004, em que, em seu artigo 2º autoriza o cultivo de culturas para fins de processamento industrial em até 50% dos lotes com área de até 15 hectares, e nos lotes com área superior em até 30%. Dentre outros motivos, o ITESP alega que tal medida é necessária para a “maior participação na economia dos municípios e suprimento de matéria-prima para as agroindústrias” (ITESP, 2004). Na prática essa portaria, autoriza o monocultivo em uma alta porcentagem dos lotes

destinado à reforma agrária e abre portas legalmente à lógica do agronegócio nos assentamentos.

Atualmente, a cana, através das usinas, em especial da Raízen (fusão da Shell com a Cosan), e outras culturas de commodity, como a soja e o milho, e através de empresas transnacionais como a Nestlé, estão articulando e materializando nova ofensiva nos territórios dos assentamentos, com novas propostas de “parcerias”. Estas propostas estão atualmente sendo acompanhadas através do projeto do NUPEDOR “30 anos de assentamentos rurais em São Paulo: um balanço das contradições, bloqueios e perspectivas”.

Nesse contexto, Ferrante e Barone (2011, p. 264) ressaltam a importância e a necessidade de analisar a expansão do agronegócio, sobretudo da cana, nos assentamentos através de uma minuciosa e complexa perspectiva da “trama de tensões” gerada pelos diversos atores, em seus inúmeros interesses e racionalidades, para assim, buscar o entendimento do sistema de poder e de controle atrelado ao desenvolvimento da cana em seus territórios.

Queda, Kageyama e Santos (2009, p. 54-55) apoiados em Beus e Dunlap, sugerem um conjunto de alternativas a serem implantadas para que os assentamentos possam “jogar outro jogo” distinto do “jogo do agronegócio”, dentre estas alternativas estão a prática do que os autores denominam de “agricultura alternativa” pautada em pressupostos como a descentralização, a independência, a gestão comunitária, a harmonia com a natureza, a diversificação e a conservação, que vão em direção oposta aos pressupostos base do agronegócio.

Em consonância, Bradenburg, Ferreira e Santos (2004, p. 123) afirmam que o rural passa por um processo de reconstrução com a participação de novos atores sociais articulados em novas formas de relações sociais e com a natureza, contrapondo-se à lógica do modelo dominante. Essa “nova” lógica situa o agricultor na condição de ator central, e é orientada pela gestão dos recursos naturais, associada a formas de organização social, como associações, feiras e redes de comercialização. Nesta reconstrução de relações sociais e com a natureza, confluem processos relacionados com a reprodução da vida, tanto social, quanto natural, que admitem o agricultor expressar-se em suas subjetividades e modo de vida, e também na construção de projetos coletivos.

Essas “novas formas de relações sociais e de relação com a natureza” ou, este “outro jogo”, permitem aos agricultores desfrutarem de uma margem de autonomia, na produção e em seus modos de vida, desviando-se das propostas de integração com as agroindústrias, marcadas por uma clara posição de subordinação e dependência, na medida em que os

agricultores se tornam meros aplicadores de pacotes tecnológicos, perdendo o controle sobre os seus processos produtivos e muitas vezes tomando como referência a ideologia dominante, mesmo esta indo em desencontro com sua racionalidade e condição de vida, como evidenciado por Duval, Bergamasco e Ferrante (2015).

Sendo assim, o território-político (que é também econômico e cultural) em que o universo empírico se insere é o município de Araraquara – SP, pertencente à região central paulista. Este território e sua região como um todo são claramente dominados pela lógica do agronegócio, devido ao seu histórico e presente estreitamente ligados ao desenvolvimento da agroindústria, sobretudo dos setores sucro-alcooleiro e da laranja e mais atualmente da soja e do eucalipto, e que se expressam na monocultura para exportação de commodities, no amplo uso de diversos tipos de veneno e nas relações verticais e hierarquizadas.

Inseridos neste território-político da municipalidade de Araraquara, situam-se outros territórios, o dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, que também são políticos, pois possuem uma institucionalidade demarcada, mas, sobretudo, são territórios simbólico-culturais e econômicos, segundo tipologia de Haesbaert (2006). Os assentamentos são territórios, pois incorporam dimensões simbólicas, identitárias e afetivas, embora seja bastante questionável sua coesão territorial, no sentido de haver muitas disputas internas, há sim o reconhecimento mútuo enquanto assentado de uma mesma unidade territorial, portanto, os assentamentos são territórios complexos, de luta, contradições e conquistas.

São dos territórios dos assentamentos de onde vem a maioria dos gêneros alimentícios ofertados na feira estudada. Estes territórios já foram amplamente estudados no histórico do NUPEDOR (FERRANTE, 2007; DUVAL, 2009; FERRANTE; BARONE, 2011; LOPES *et al.*, 2014) e se apresentam, não sem inúmeras contradições, como territórios onde as diversidades, em suas amplas dimensões, desde a produção à reprodução de modos de vida, se reinventam e resistem.

A principal contradição apontada e desenvolvida por este trabalho é a proposta em entender o significado da expressão de uma feira de caráter agroecológico, com produtos advindos de Assentamentos Rurais, em uma região territorial vastamente dominada pela lógica contrária a estes valores.

2.2 Desenvolvimento a partir do enfoque territorial

O conceito de desenvolvimento é carregado de forte caráter ideológico, ademais de ser um termo extremamente polissêmico. De acordo com Veiga (2008), durante um longo período a principal e mais frequente acepção do termo era resumida apenas ao crescimento econômico exponencial, quantificado pelo Produto Interno Bruto (PIB). Tal acepção reducionista e economicista, que tem o mercado como principal arena e se baseia na competição, não leva em consideração questões que, a partir, sobretudo da década de 1970, vieram a ser amplamente relevantes para a agenda global, como a questão ambiental (SACHS, 2008).

Segundo Fischer (2002), desenvolvimento é uma rede de conceitos que pode ser seguido por adjetivos como local, integrado, sustentável e territorial, sendo estes, uma construção multidimensional que mobilizou diversas práticas e teorias a partir da década de 1990, embora, desde meados de 1960 tem sido observadas propostas de desenvolvimento localizado em territórios de caráter associativo e com objetivo de melhorias na condição de vida e de democratização.

Sen (2000) enxerga e defende o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Sendo a liberdade o principal objetivo do desenvolvimento e também seu principal meio. Já Singer (2004), contrapõe duas visões de desenvolvimento, em que uma se volta para a competição e refere-se à acepção tradicional/economicista do termo e a outra, a qual o autor defende, tem como base uma lógica de cooperação e sustentabilidade. Segundo este autor, entende-se por desenvolvimento solidário:

Um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma (Singer, 2004).

Assim como o conceito de desenvolvimento, Haesbart (2006) reconhece a polissemia do termo “território” e se propõe a desmistificar o que vem sendo chamado por autores na literatura de “desterritorialização”, devido ao advento da globalização e da condição pós-moderna, que acarretou na fragilidade das fronteiras estatais e do reconhecimento das

identidades claramente definidas, seria, segundo Haesbaert a intensificação da territorialização em direção a uma multiterritorialidade.

Para Haesbaert (2006), seria paradoxal o “fim absoluto dos territórios” na medida em que o próprio “conceito de sociedade implica sua espacialização, ou num sentido mais restrito, sua territorialização, pois sociedade e espaço social são dimensões gêmeas”. Sendo assim para o autor, “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los em um contexto geográfico territorial”. Ou seja, não há como pesquisar ou cooperar com determinado grupo social sem localiza-los em suas bases territoriais, pois é no território aonde o cotidiano acontece.

Dessa maneira, Haesbaert (2006), sintetiza e agrupa as noções de território em distintas concepções com destaque para a jurídico-política, a simbólico-cultural, a econômica e a naturalista. Em sua concepção econômica, Haesbaert dialoga com Milton Santos que defende que o uso econômico define por excelência o território. Diferenciando assim, o “território em si” do “território usado” sendo este último um recurso, ou seja, objeto de ações humanas.

Segundo Abramovay (2000), a ideia central do “território”, transpassa uma simples base física de relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico, mas deveras relevante.

Saquet (2007) defende o território como condição central do desenvolvimento, trazendo inúmeros benefícios se levado em consideração suas especificidades.

O território é condição de processos de desenvolvimento. É natureza e sociedade, manifestando-se de forma específica em diferentes lugares. Nas condições territoriais do desenvolvimento, há fertilidade do solo, clima, atrativos paisagísticos, estratificação social, cultura familiar específica, tradições de empreendimentos, associação de moradores, relações sociais, posses/propriedades, redes de circulação e comunicação (Saquet, 2007).

Seguindo nesta linha de raciocínio, Saquet (2013) aborda o desenvolvimento e a gestão do território com base em uma perspectiva histórica, crítica, relacional e multidimensional. Segundo o autor, levar em conta estas concepções é imprescindível para guiar o desenvolvimento local e os processos participativos e democráticos de gestão, através

da combinação da pesquisa investigativa e atividades de extensão nos espaços rurais e urbanos, que estão articulados em múltiplas redes concretas e virtuais. Para o autor, o território e o desenvolvimento são fundados em relações sociais e naturais, contendo amplas heterogeneidades e contradições.

Saquet (2013) esclarece que o uso capitalista do território se dá mediado pelo processo de produção, de circulação e pelas constantes valorizações do capital e da reprodução da força do trabalho. As forças produtivas e as relações de produção e trabalho dão forma e significado ao território, mediadas pelas relações de poder entre capital e trabalho. Portanto, segundo o autor, o território é construído socialmente, ao mesmo tempo em que é condição para a valorização do capital, mediando a extração da mais-valia nas relações entre trabalho-capital.

O espaço territorial da cidade e do urbano difere do espaço territorial do campo e do rural, mas estão integrados espacialmente se sobrepondo e se relacionando constantemente através de redes de circulação e comunicação. Dessa maneira, o modo de vida urbano transpassa o território da cidade, assim como expressões do rural alcançam o urbano, se interconectando e muitas vezes se confundindo. Segundo Saquet (2013), o problema do desenvolvimento deve ser pensado levando em consideração estas relações existentes entre os espaços urbanos e rurais.

Os autores Benko e Pecquer (2001), contrariando as previsões de que as especificidades territoriais perderiam valor e seriam “apagadas sob os fluxos econômicos da mundialização”, defendem que ocorre, de fato, o contrário, em que, sobretudo no setor agroalimentar, as especificidades territoriais são meios de agregar valor aos produtos.

Pecquer (2009) afirma que o ‘fato territorial’, não percebido no período fordista do desenvolvimento capitalista, aparece na atualidade sob diversas formas, a depender do contexto produtivo em que se manifesta. Para o autor, a noção de ‘externalidade’, entendida como efeitos externos produzidos pelo contexto produtivo, é um elemento fundamental nas novas formas de organização do processo produtivo, das quais a produção ancorada no território pode vir a se beneficiar. Como exemplo, o autor sugere a criação dos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL), sendo estes definidos como “a organização da produção agrícola e de serviços agrícolas, associados por suas características e funcionamento em um território específico”. O SIAL se baseia na organização espacial e na proximidade dos produtores. Em sua forma complexa, quando os territórios produzem diversos tipos de bens e serviços localizados de forma combinada, cria-se uma oferta associada ao território, o que o autor denomina de modelo ‘cesta-bens’.

Tal modelo implica a oferta de bens e serviços ancorada no território e co-construída pela interação entre fornecedores e consumidores. Pecquer (2009) assinala três pilares base deste modelo: 1) os atributos estruturais e ambientais que qualificam o território e constroem uma imagem 2) a existência de uma estratégia pública de acordo com a realidade territorial e 3) a função ativa para construir a resposta global ao problema do consumo.

Dessa forma, além dos bens e serviços, o próprio território torna-se produto a ser vendido, o que, segundo o autor, constitui um efeito de renda denominado de ‘qualidade territorial’. Portanto, o enfoque territorial, num contexto da globalização, torna obsoleto o modelo das ‘vantagens comparativas’ e o transforma em ‘vantagens diferenciadoras’, o que para os territórios significa “não se especializar mais segundo a lógica do esquema comparativo, mas de escapar das leis da concorrência quando elas tornam impossíveis de serem seguidas”, sendo assim, o caminho consiste em diferenciar o produto para que este tenha alguma especificidade territorial, e não concorrer sobre um mesmo produto (PECQUER, 2009).

Schneider e Escher (2011) discutem o desenvolvimento apoiados na contribuição de Karl Polanyi. Os autores partem da hipótese que as empresas transnacionais e suas articulações de expansão constituem a força hegemônica dos sistemas agroalimentares, em uma analogia a um termo de Polanyi, seriam o equivalente ao “moinho satânico” que sustenta o capitalismo autorregulado, operando como verdadeiros “impérios alimentares”.

Schneider e Escher (2011), com base na teoria da análise institucional de Polanyi, alegam que a mentalidade do ser humano e sua racionalidade são moldadas pelas instituições vigentes, portanto, os mercados são complexos institucionais historicamente constituídos, e não construtos abstratos como sustentado pelos economistas neoclássicos, portanto a economia substantiva deveria ser entendida como ‘um processo instituído de interação entre os seres humanos, objetivando satisfazerem as necessidades materiais através dos meios de vida socialmente disponíveis’.

Ainda apoiados em Polanyi, Schneider e Escher (2011) discorrem sobre a ideia deste autor sobre o processo econômico, que segundo este, se organiza através de diferentes “formas de integração” que foram socialmente e culturalmente institucionalizadas. São três as principais formas de integração: 1) reciprocidade e simetria; que dizem respeito ao movimento de bens e serviços entre grupos com laços estreitos e de cooperação, como familiares, colegas, membros de uma associação 2) redistribuição e centralidade; o movimento de bens e serviços se dá de um ente central que os distribui aos consumidores, como o estado e as políticas públicas 3) intercâmbio e mercado; o movimento de bens e

serviços se dá entre entes dispersos, aleatórios e distintos, sob as lógicas da propriedade privada e do livre-contrato, por meio da compra e venda.

Para Schneider e Escher (2011), com base em Polanyi, as ‘formas de integração’ podem coexistir, mesmo que dentro de um sistema de mercado institucionalizado. Portanto, é possível a criação de valores e distribuições de forma mais autônoma, com base em relações de reciprocidade e confiança em trocas socialmente reguladas, e de redistribuição por meio de mecanismos institucionalizados em dispositivos públicos que articulam estado e sociedade civil, como os mercados institucionais.

O caráter territorial ou local do desenvolvimento é fator de extrema importância para a sustentabilidade e a harmonia de um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente respeitoso, em que as condições territoriais locais, e a própria cultura local passa a ser reconhecida e valorizada, respeitando o território e a história local. Segundo Barbieri (2006), por local entende-se um espaço territorial específico de escala diversa, podendo abranger mais que um município ou apenas um bairro, onde aconteçam atividades de reconhecimento mútuo e que tenha por base de desenvolvimento recursos em comum. De acordo com este mesmo autor, o local é a dimensão mais importante do ponto de vista do desenvolvimento já que é nesta dimensão que se configura a condição de vida das populações.

No âmbito da valorização das especificidades territoriais, a agroecologia e os circuitos curtos de comercialização despontam como importantes instrumentos na redescoberta dos valores territoriais locais e em sua apropriação.

2.3 A agroecologia como perspectiva inovadora

De forma sucinta, a tese da agroecologia se apresenta como um modelo de agricultura pautado em valores que prezam pela autonomia do agricultor e do campo em relação aos atores e insumos externos. Em contrapartida, a antítese deste modelo, tratada aqui como a lógica do agronegócio e da agricultura convencional, pauta-se nos valores hegemônicos de agricultura, altamente dependente de insumos externos, sobretudo, tecnologia e capital.

Nesta linha de raciocínio, a principal característica da agroecologia é a busca da autonomia, social, cultural e econômica, dos homens e mulheres do campo. Mais que valorizar estes atores, o modelo agroecológico os coloca no centro de suas ações, afinal, são eles que produzem a comida a ser consumida nas cidades, são eles que vivem o cotidiano do campo, o dia-dia da produção e que enfrentam as dificuldades em serem camponeses. Portanto, ao se direcionar na obtenção da autonomia desta classe historicamente desvalorizada

e se propor a romper com a estrutura hegemônica, a agroecologia se estabelece como um modelo revolucionário contra hegemônico por si só, apoiando-se em bases ideológicas que caminham neste sentido.

Um exemplo concreto da valorização e protagonismo do agricultor no modelo agroecológico se apresenta no já mencionado “diálogo de saberes”, alvo de inúmeras críticas por parte dos teóricos convencionais. Nesta proposta de diálogo horizontal, o conhecimento tradicional do agricultor camponês é levado em consideração tal qual o conhecimento do cientista. A proposta não é de que um seja mais valioso que o outro, mas de que juntos possam somar na construção de respostas as questões existentes e no apontamento de possíveis caminhos. Cabe ao cientista validar ou invalidar, através de métodos científicos, o conhecimento compartilhado pelos agricultores, da mesma forma que cabe aos agricultores testar as inovações propostas pelos cientistas e analisar se aquilo proposto realmente cabe em sua realidade, dessa maneira o agricultor participa da construção científica e o cientista se familiariza com o universo empírico estudado e com outro tipo de saber. Além de que, os camponeses são aqueles que possuem dados essenciais e substanciais da realidade local, que são subsídios importantíssimos para a pesquisa nas bases agroecológicas.

Por outro lado, o modelo convencional caminha no sentido da sustentação do status quo dominante. No centro de suas ações não aparecem os agricultores camponeses, mas sim as inovações tecnológicas, fruto de altos investimentos em pesquisas, que em sua ampla maioria são realizadas e desenvolvidas deslocadas do território do campo. Além disto, pouco destas “tecnologias de ponta” são produzidas e desenvolvidas no Brasil, portanto, este modelo perpetua a lógica da dependência neocolonial na qual cabe ao campo brasileiro importar pacotes tecnológicos a alto custo, na ideia de ‘se desenvolver’, na medida em que reassume o papel de exportador de matérias primas. Dessa maneira, a patente da produção do conhecimento reconhecido como indispensável para o ‘desenvolvimento do campo’ se acumula em suas fontes irradiadoras, enquanto agricultores camponeses brasileiros são pressionados a aderirem a estas tecnologias através da facilitação ao crédito, ou seja, para ‘desenvolverem’ seus métodos de produção são obrigados a contraírem dívidas e confiarem que o implemento destas tecnologias de fato impulsionarão sua produtividade e consequentemente sua renda (COSTA, 2017).

Neste modelo, o cientista é visto como aquele que detém um conhecimento maior e mais valorizado do que os camponeses, esta hierarquia do conhecimento coloca os agricultores como subordinados aos ‘detentores de conhecimento’, portanto, cabe a eles seguirem o que estes dizem como uma receita infalível ao sucesso de suas produções. Ou seja,

além de estarem subordinados aos pacotes tecnológicos convencionais, estão também subordinados cognitivamente, motivados pela crença de deterem um conhecimento inferior.

Sob outro aspecto, porém complementar, Lima (2017) enfoca a agroecologia na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional. Segundo a autora, o novo paradigma da intensificação ecológica, que vem acontecendo e ganhando corpo frente à intensificação convencional trazida pela modernização agrícola, não resolve por completo a questão da segurança alimentar, mesmo que resguarde a biodiversidade dos territórios e não traga graves problemas ambientais, não envolve questões como o acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos. Para tanto, a autora garante que é através dos caminhos propostos pelo paradigma da agroecologia, e pela apropriação dos territórios por esta via através do fortalecimento da agricultura familiar, que se conseguirão níveis satisfatórios de segurança alimentar e nutricional, e não somente propondo uma “intensificação ecológica” ao modelo convencional predominante. Para isso, seria necessária uma mudança estrutural e profunda na sociedade, que caminhasse na direção da perspectiva agroecológica.

3 CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: FEIRAS

3.1 Circuitos curtos como alternativa ao modelo hegemônico de comercializar

A lógica do agronegócio, baseada na agroindústria especializada para exportação tem como via de comercialização as chamadas “cadeias longas” ou “circuitos longos”, em que são vários os elos da cadeia até o produto chegar ao comprador final, dessa forma, pouco do valor gerado no decorrer da cadeia fica no primeiro elo, ou seja, com os agricultores. Em contrapartida, a agricultura alternativa, com base nos pressupostos da agroecologia, baseia a comercialização nas chamadas “cadeias curtas”, “circuitos curtos” ou “redes curtas” em que a venda é feita de forma direta entre produtores e compradores.

Scarabelot e Schneider (2012, p.103) consideram os circuitos agroalimentares curtos como inovações sociais que oferecem novas possibilidades aos agricultores familiares e contribuem para novos processos de desenvolvimento local. Sendo assim, para estes autores, estes circuitos representam a interação da agricultura familiar com a dinâmica local do desenvolvimento, ganhando relevância no contexto da globalização. Em convergência com estes autores, Saquet e Meira (2017, p.19) sustentam que os circuitos curtos se expressam por meio de territorialidades entre o campo e a cidade, centrados nas relações de confiança entre agricultores e consumidores, sendo um componente central ao desenvolvimento local.

Marsden, Banks e Bristow (2000, p. 425) afirmam que os circuitos curtos de comercialização fomentam uma nova relação entre produtores e consumidores, fundamentada em distintos valores e significados, tal qual a confiança, a proximidade e outra noção de qualidade. Os autores salientam a capacidade de “ressocializar” e “reespacializar” os alimentos através da comercialização em circuitos curtos, na medida em que, geralmente, os alimentos comercializados são definidos pela localidade ou pelo tipo de cultivo ou produção, como a venda de orgânicos ou produtos artesanais, por exemplo.

Schneider e Ferrarri (2014, p. 58) apontam que a “qualidade”, o “enraizamento” e a “relocalização” são os traços fundamentais que distinguem os circuitos alternativos de comercialização dos circuitos convencionais, dessa forma, os autores identificam estes traços, como ferramentas conceituais essenciais para o entendimento do fenômeno, e agregam, em consonância com Marsden, Banks e Bristow (2000) que os valores fundamentais destes circuitos são a confiança, a reciprocidade e o interconhecimento.

A literatura distingue três distintos tipos de circuitos curtos, a face a face, em que o produto é comprado diretamente do produtor; a de proximidade espacial, em que os produtos são produzidos e comercializados apenas dentro de determinada localidade; e a espacialmente estendida, em que o produto é comercializado fora da localidade, mas leva no rótulo a marca da localidade em que foi produzido, assim o comprador, ao adquirir o produto sabe aonde ele foi produzido e se conecta àquele local (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

Darolt (2013) aponta que a aproximação entre produtores e consumidores e a reinvenção dos mercados locais são desafios para a criação de um modelo agroalimentar ecologicamente correto. O autor procura destacar que os mercados locais e a comercialização em circuitos curtos associados à agroecologia podem ser a chave para reconectar produtores e consumidores e impulsionar o desenvolvimento local. Para isso, o autor apresenta as características dos circuitos curtos e propõe uma tipologia. Segundo ele, os circuitos curtos se dividem entre a venda indireta e a venda direta. No primeiro, há a intervenção de um único intermediário entre produtor e consumidor, como as lojas especializadas independentes, pequenos mercados de produtos ecológicos, restaurantes coletivos e individuais, lojas de cooperativas de produtos e consumidores ecológicos, e as lojas virtuais. O segundo se subdivide em outros três; 1) na venda direta dentro da propriedade, como as iniciativas de colheita pelos consumidores, as retiradas de cestas e venda dentro do próprio espaço da propriedade; 2) na venda direta fora da propriedade, como as feiras, a entrega de cestas em domicílio, as lojas de associações de produtores, a venda para grupos de consumidores, a venda para mercados institucionais e as feiras agropecuárias e eventos; e 3) nos serviços na propriedade, que são as iniciativas de agroturismo, gastronomia rural, pousada, e eventos de esporte e lazer.

De acordo com Ferrari (2011, p.17) a construção de circuitos curtos é uma estratégia que tem por objetivo a ampliação da autonomia, o maior ganho de valor agregado por parte dos produtores e a promoção de produtos com qualidade diferenciada. Por isso, a disseminação da comercialização via circuito curto pode ser um relevante potencializador do desenvolvimento tal qual como concebido por Amartya Sen (2000, p. 52 -53) em que o desenvolvimento é entendido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, sendo assim, a liberdade é o principal objetivo do desenvolvimento e também seu principal meio.

Partimos da hipótese que a comercialização via circuitos curtos é uma estratégia que potencializa os agricultores assentados da região em ampliarem suas liberdades reais, tais quais concebidas por Sen (2000). As possibilidades de ampliação de suas liberdades

constituem na maior autonomia, tanto financeira, quanto alimentar e de escolha na maneira de viverem suas vidas; na possibilidade de agregar valor aos seus produtos e auferir renda de forma justa; na reprodução de seus modos de vida; no consumo e comercialização de alimentos com maior qualidade; e no enraizamento e na valorização do território do assentamento.

É fato que a expressão da feira no total do território-político do município é irrisória, se se levada em consideração questões referente ao nível, à escala e a significância da produção, do consumo e da população total atingida, porém do ponto de vista simbólico da materialização de um modelo contra hegemônico de resistência, a feira se faz relevante, sendo em primeira análise, um lugar onde acontecem relações e comportamentos pautados na reciprocidade, na solidariedade, num maior respeito ao ambiente e a natureza, no reconhecimento e na valorização dos agricultores camponeses, na construção coletiva e na busca contínua pela autonomia e liberdade dos agentes participantes.

3.2 As feiras como uma modalidade de circuito curto

As feiras são uma das mais expressivas modalidades de circuito curto, entram na categoria da ‘venda direta fora da propriedade’ segundo tipologia de Darolt (2013), e na categoria ‘face a face’ na tipologia de Marsden, Banks e Bristow (2000).

De acordo com Junqueira e Peetz (2015), as raízes das feiras remontam ao período medieval e o processo de intensificação dos burgos. Este processo resultou em mudanças na paisagem, na organização dos circuitos de abastecimento dos gêneros alimentícios, na criação de novas profissões relacionadas à alimentação, e no início à transposição de uma economia típica de subsistência para uma economia de mercado, mesmo que de fato esta transposição não tenha sido completada imediatamente e nem integralmente.

Segundo Sacco dos Anjos *et all.* (2005) a origem das feiras no Brasil data do período colonial, aonde cumpriam a função de abastecimento dos primeiros povoados, portanto, são consideradas um elemento estruturante da organização social e econômica das populações.

Saquet (2016) afirma que a origem das feiras no Brasil não é recente, e que muitas delas são partes do processo de surgimento e existência de pequenas cidades. O autor agrega que as redes de comercialização construídas por meio das feiras, perpassam a ideia de comércio na cidade e também contribuem na revitalização do espaço urbano, modificando a dinâmica do bairro, valorizando a produção local e sendo um elo direto de conexão entre produtores e consumidores. Segundo o autor nas feiras perpassam atividades e diversos

valores dos sujeitos frequentadores e, nelas, também fica evidente que o modo de vida camponês se materializa na cidade, reproduzindo-se aspectos identitários.

Uma das primeiras autoras a pesquisar e enfatizar os aspectos sociais das feiras brasileiras foi Marie France Garcia-Parpet, em sua tese de doutorado apresentada no ano de 1984 ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o título de: *Feira e Trabalhadores Rurais, as feiras do Brejo e do Agreste Paraibano*. Neste trabalho a autora se propôs a entender qual era a relação entre o circuito de feiras estudado na Paraíba e a importância deste, enquanto instituição de praças de mercado, na reprodução econômica e social dos trabalhadores rurais. Para tal ela observou as feiras da região e entrevistou os feirantes participantes, destacando alguns aspectos como o fato destas serem espaços compostos majoritariamente por figuras masculinas; a formação do que ela chamou de ‘rede de solidariedade’ entre os vendedores; a relação de poder entre os agentes e a feira enquanto instituição.

Silvestre, Ribeira e Freitas (2011) constatam que as feiras são pontos de convergência de produtos e de concentração de vendedores e consumidores num mesmo espaço, orientados por regras explícitas e implícitas, e que por viabilizarem a comercialização da produção local, possibilitam a integração de agricultores familiares nos circuitos de troca e consumo, dinamizando a economia local.

Pierre e Valente (2014) asseguram que as feiras propiciam oportunidades para a proximidade, para a conversa, negociação e a possibilidade de contato direto entre produtores e consumidores finais. Sendo assim, as autoras ressaltam que as feiras são lugares de vivência, de agregação e de comunicação, expressando tradições e culturas e contando a história de determinado lugar. As autoras usam uma analogia comparando as feiras a um organismo vivo para descrever as constantes transformações, contradições e conflitos expressados.

De acordo com Schultz (2006), os agentes da produção orgânica atribuem a venda direta como sendo o meio mais adequado de comercializar seus produtos, pois propicia a aproximação entre produção e consumo, estimulando trocas de experiências entre estes e uma nova forma de ver a agricultura.

No estudo sobre feiras agroecológicas, Wuerges e Simons (2007) observaram que estas feiras levam em consideração fatores que as grandes redes de varejo não consideram, como a sazonalidade da produção, a entressafra e a abertura às variedades locais e regionais.

Cada lugar tem sua própria feira, com características e identidade própria, apresentando um aspecto democrático marcante aonde se encontram, convivem, competem e cooperam sujeitos sociais de todas as classes (PIERRE; VALENTE, 2014).

Frizzera et all, (2018) ao estudarem a implementação de uma feira agroecológica no interior de um Instituto Federal de Educação no Espírito Santo, identificaram os impactos sociais gerados com a instalação da feira, tanto para os agricultores quanto para a comunidade escolar. Segundo os autores, o surgimento da feira fortaleceu a associação de agricultores agroecológicos, que passaram a ter mais um canal de escoamento de produtos, por outro lado possibilitou a inserção de docentes e discentes no movimento agroecológico e na aquisição de alimentos sem agrotóxicos.

Kuneski (2004), em trabalho realizado sobre as feiras agroecológicas de Florianópolis, constatou que o principal motivo que leva os consumidores a este tipo de feira diz respeito à preocupação com saúde na compra de produtos sem agrotóxico. Martinez (2006) agrega que além da busca por produtos livres de agrotóxico, os consumidores de feiras agroecológicas buscam socializar e conhecer o agricultor que produz sua comida. Frizzera et all (2018) observou esta socialização que acarreta em uma relação de proximidade, o que os autores chamaram de “reconexão” entre produtores e consumidores, o que abre espaço para a troca de conhecimentos durante o momento da feira e também em momentos posteriores, como em possíveis visitas aos sítios dos agricultores.

Silva et all, (2008) ao analisarem o perfil do consumidor de uma feira agroecológica na cidade de Recife, perceberam que estes estão não só preocupados com a qualidade da comida que põem à mesa, mas também na relação e nas condições de trabalho de quem produz. Os autores constataram que cerca de 60 consumidores da feira já fizeram visitas aos agricultores na feira, no assentamento aonde produzem.

Também no intuito de caracterizar o perfil de consumidores de orgânicos, Neutzling et all (2010) realizaram seus estudos sobre a feira de agricultores ecologistas (FAE) de Porto Alegre, como resultado, os autores constataram que mais da metade dos consumidores entrevistados possuíam curso superior completo, que a faixa etária predominante dos entrevistados era de 22 e 35 anos, sendo a maioria mulheres com renda familiar predominantemente de 4 e 6 salários mínimos; a saúde e o sabor são os principais fatores motivacionais de compra e os principais entraves ao consumo seria a localização da feira em questão.

Michelon et all (2007) estudaram a feira agroecológica do município paranaense de Paiçandu no intuito de compreender a dinâmica desta feira no que diz respeito à produção e ao consumo, para isto, os autores traçaram o perfil dos agricultores e dos consumidores. Segundo o estudo, os consumidores da feira são exigentes no que diz respeito à qualidade e o frescor dos produtos, à higiene e ao preço. Já no que diz respeito aos agricultores feirantes,

foi constatado que aproximadamente 40% deles possuem entre 31 e 40 anos de idade e 25% possuem entre 21 e 30 anos, aproximadamente 30% finalizaram o ensino fundamental e outros 30% o ensino médio. A totalidade dos agricultores utiliza mão de obra familiar para os processos de produção e comercialização. Conforme Michelin et al. (2007) as feiras se apresentam mais atrativas que as redes varejistas por conta da maior diversidade de produtos locais e regionais, do frescor dos produtos e pelo atendimento personalizado, que acarreta, além da aproximação entre produtor e consumidor, uma dinâmica peculiar na negociação do preço. De acordo com os autores, estes são os principais fatores que explicam a resistência das feiras frente à massificação das superfícies de varejo.

Para Sacco dos Anjos et al. (2005) as feiras possuem grande potencial como espaço de comercialização e socialização, viabilizando o comércio local, gerando ocupações e possibilidades de controlar a procedência dos alimentos. Dessa maneira, estes autores asseguram que o estudo reflexivo sobre feiras é importante na medida em que estes podem oferecer subsídios que qualifiquem a atuação do poder público, oferecendo dados sobre suas dinâmicas de funcionamento o que pode auxiliar na formulação e implementação de políticas públicas.

Wuergens e Simons (2007) discutem a necessidade de viabilizar políticas públicas e parcerias interinstitucionais para instrumentalizar a proposição do desenvolvimento local com base na agroecologia. Segundo os autores, a criação de feiras de caráter agroecológico é imprescindível para a popularização do consumo de alimentos orgânicos, em alternativa às grandes redes varejistas.

Nora e Zanini (2014) ao estudarem a feira de Camobi, no Rio Grande do Sul, perceberam que muito de seus frequentadores fazem da área um espaço de lazer e encontros. As autoras notaram que muitas pessoas iam à feira apenas para sentar-se junto aos feirantes, portanto, para elas, os encontros proporcionados pela feira têm múltiplos sentidos, que vão muito além das trocas mercantis, aonde há também uma troca de elementos simbólicos, gostos, memórias e outras identificações.

3.3 Feiras em Araraquara: o programa negócio do campo

Há dois importantes trabalhos relacionados às feiras de produtores no município de Araraquara, um deles é a dissertação de Alcir Kuranaga, defendida em 2006 e intitulada *Feiras do produtor: alternativas para sustentabilidade de famílias assentadas*. O outro

trabalho, um pouco mais recente, também se trata de uma dissertação, de autoria de Camila Benjamin, defendida em 2017 e intitulada *O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara como espaço de reprodução social e econômica*.

O estudo de Kuranaga (2006) discutiu e analisou duas feiras do produtor de Araraquara, inseridas em um programa municipal, com o objeto de identificar se a participação nestas feiras impulsionariam a diversidade e sustentabilidade da produção e as estratégias de reprodução de vinte produtores assentados do Monte Alegre. Para tal, aplicou questionários com os agricultores envolvidos e realizou entrevistas com funcionários do ITESP e da Coordenadoria de Agricultura, focando fatores como a geração de renda, a diversificação agrícola, o autoconsumo e aspectos da sustentabilidade no processo de produção. Em seus resultados, Kuranaga sugere que a diversidade de culturas, a geração de renda através das feiras e os modos de vida em assentamentos rurais podem ser um caminho para o desenvolvimento sustentável, concluindo que as feiras estudadas são “veículos de novas bases e estratégias de sustentabilidade criadas pelos assentados, com a mediação do poder público, o que permite aos assentados permanecerem na terra”.

Já Benjamin (2017), sob o aporte teórico da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu junto à sociologia econômica e sociologia rural, analisou uma feira municipal de Araraquara entendendo este espaço enquanto espaço de reprodução social e econômica dos agricultores participantes, que em sua ampla maioria pertencem à categoria de agricultores familiares assentados. Para a realização do estudo, a autora realizou dez entrevistas intencionais e oito meses de trabalho de campo na feira. Em seu anseio em compreender os motivos pelos quais os agricultores familiares participam da feira, ou dizendo no termo utilizado pela autora, “fazem” a feira, Benjamin, chegou à conclusão de que, para os agricultores, participar da feira além de ser uma estratégia de manutenção ou melhora da posição no espaço social e de conservação ou aumento do patrimônio econômico, também os articula e os inserem em redes de relações sociais.

Kuranaga (2006) estudou a feira do Terminal Central de Integração, que ocorre de segunda a sábado, e a feira da Praça Pedro de Toledo, que ocorre aos sábados pela manhã. Já a feira estudada por Benjamin (2017), trata-se da feira Noturna da Agricultura Familiar, que acontece às quintas feiras na antiga estação ferroviária.

As feiras abordadas pelos autores são parte do programa municipal “Negócio do Campo”, anteriormente denominado “Direto do Campo”. Este programa, ainda com o nome antigo, foi apresentado e discutido por Kuranaga (2006, p. 31-38) em uma subseção de capítulo em sua dissertação.

Segundo relata o autor, o programa nasce em 2001 da articulação entre a recém-criada Coordenadoria de Atividades Agroindustriais e o setor de Gestão em Segurança Alimentar da prefeitura municipal, inspirados no projeto “Direto da Roça” de Belo Horizonte e na Feira do Terminal de Campinas-SP, visando atender a demanda dos agricultores, em especial dos Assentamentos, por espaços para escoamento da produção, ao mesmo tempo atender a demanda de grande parte da população, sobretudo de moradores periféricos e de baixa, em comprarem alimentos frescos com preço acessível. Nesse sentido, a feira do Terminal de Integração foi prioridade, entendendo ser ali um espaço de grande movimentação. No fim de 2001, devido a uma “super” safra na produção de manga, os agricultores pressionaram a Coordenadoria por mais pontos de venda espalhados pela cidade, o que foi atendido, sendo providenciados espaços na Praça Santa Cruz e no Paço Municipal para dar vazão a este escoamento de manga, mas que logo também passaram a serem pontos de venda de hortifrúti em geral. Este fato é o que marca o início do Programa Municipal então nominado Direto do Campo, segundo o autor. Em agosto de 2002, já no bojo deste programa, é inaugurada, aos sábados, a Feira do Produtor na Praça Pedro de Toledo absorvendo os agricultores dos pontos da Praça Santa Cruz e Paço Municipal, que deixaram de existir enquanto feira, e também os participantes da Feira do Terminal. Em setembro de 2002, após aprovação na Câmara Municipal, o programa torna-se lei municipal (Lei 5.098).

Em 2014, já sob outra gestão administrativa, o programa muda de nome, passando a chamar programa “Negócio do Campo” regido pela lei 8.288/2014 (anexo A), que também é atualizada. Nesta reconfiguração do programa, surge a Feira Noturna da Agricultura Familiar estudada por Benjamin (2017), segundo a autora, a criação da feira foi motivada pela demanda dos agricultores familiares para a criação de um novo ponto de escoamento, sem o envolvimento de atravessadores.

Sendo parte do programa Negócio do Campo, a responsabilidade institucional destas feiras fica a cargo da Coordenadoria Executiva de Agricultura, que também se encarrega da fiscalização.

4 A FEIRA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E ARTESANAIS “DA ROÇA PARA A MESA”

“A feira se mostra diretamente aos olhos de quem pretende observá-la, mas se presta mal à observação sistemática.” (GARCIA-PARPET, 1984, p.12).

4.1 Histórico e Caracterização

A criação da feira “Da Roça para a Mesa” remete ao ano de 2014 com o surgimento, dentro do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), do Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia (NEEA) através da aprovação do projeto “Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do estado de São Paulo”, financiado pelo Edital 039/2014 do CNPq.

O NEEA Araraquara foi criado no bojo da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, PNAPO, no âmbito do extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário, lançada no ano de 2012 via decreto presidencial (7.794), com o objetivo principal de:

“integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica da produção orgânica e de base agroecológica, possibilitando melhoria de qualidade de vida à população por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais” (BRASIL, 2012).

Dessa maneira, a feira é produto das ações deste Núcleo de Agroecologia, que, em um primeiro momento, realizou diversos cursos de capacitação (manejo ecológico do solo, biofertilizantes, compostagem e EM) com agricultores dos assentamentos e posteriormente acompanhando estes agricultores, quando foi possível verificar que, parte deles, estava substituindo os insumos químicos pelos orgânicos e alinhando suas produções aos princípios agroecológicos (NEEA, 2017).

Mais sintonizados com os agricultores no que diz respeito aos princípios agroecológicos e à produção orgânica, a equipe do NEEA e os agricultores mais envolvidos vislumbraram a possibilidade de viabilizar um novo canal de comercialização, focado na venda de produtos orgânicos, para as recém-criadas Organizações de Controle Social (OCS), ao mesmo tempo viabilizar a criação de um espaço onde seriam ofertados produtos saudáveis com preços justos à população.

A O. C.S. é um mecanismo de garantia de qualidade orgânica, que também foi regularizada através da PNAPO após a conquista das lutas dos movimentos sociais vinculados à agroecologia (PIZZAIA, 2019).

Indo no sentido do objetivo central da PNAPO, a proposta de criação da feira teve dois objetivos principais: “incentivar os produtores que estavam em processo de transição agroecológica e melhorar a oferta de alimentos saudáveis com preços justos em Araraquara” (NEEA, 2017).

Figura 1 - Reunião do NEEA com agricultores em 2015



Fonte: Acervo NUPEDOR (2015).

A feira “Da Roça para a Mesa” se divide em dois períodos. No primeiro período acontecia no pátio da unidade IV da UNIARA, portanto, este período tem início com a realização da primeira feira no dia 16 de agosto de 2016 no interior da Universidade e se encerra com a mudança de lugar. Desde 14 de Agosto de 2018 até o presente momento, a feira ocorre na Praça da Fonte Luminosa, no bairro da vila Harmonia, que fica sob os cuidados do Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE), e é a partir de então que se inicia o segundo período da feira.

Figura 2 - A feira no Pátio da Unidade IV da UNIARA



Fonte: Acervo NUPEDOR (2017).

Figura 3 – A feira na Praça da Fonte



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

No princípio do primeiro período havia uma participação bastante expressiva de agricultores assentados contando com a presença dos grupos coletivos da Associação Chico Bento, Horta Pedra D'água do Assentamento Bela Vista, e da COOPAM e Associação de

Mulheres Assentadas, AMA do Monte Alegre, também contava com a participação dos agricultores individuais: Toninho, do Seu Joaquim, do Guilherme, da Célia Barbatto, todos estes do Assentamento Bela Vista, da Sirlei, Patrícia, e do casal Fernanda e Rael, do Assentamento Monte Alegre, e dos produtores de cogumelo não assentados Lucas e Gabriel, que gerem o sítio e a marca Mekaô.

No decorrer destes dois anos em que a feira acontecia na Universidade, grande parte dos agricultores e grupos de agricultores saíram, o que deixou a feira, por um tempo, dependente apenas de um agricultor de hortifrúti. Em contrapartida outros feirantes não agricultores vieram a somar, o que trouxe um novo perfil a feira.

Durante grande parte de 2017 e do primeiro semestre de 2018, de todos os agricultores assentados iniciais, apenas o Toninho se manteve firme com hortifrúti. A assentada Sirlei, que seguia na feira, focou mais na produção de pães, bolos, geleias artesanais e às vezes trazia também um pouco de hortifrúti; os produtores de cogumelos do Mekaô seguiram participando. Estes foram os únicos que se mantiveram firmes desde o início e durante todo o período que a feira ocorria na UNIARA. Havia feiras em que, a Fernanda e o marido Rael, a Patrícia e a Célia Barbatto, também levavam seus produtos hortifrúti, às vezes ficavam um mês indo frequentemente, mas logo deixavam de ir, a principal justificativa que davam pela ausência era devido a problemas pessoais, sobretudo por questões de saúde, mas também reclamavam do baixo movimento da feira, da dificuldade em manter a produção orgânica e dos elevados custos em se deslocarem do assentamento até a UNIARA. O pessoal da Associação Chico Bento, da Horta Pedra D'água, da COOPAM e da AMA e o produtor individual Guilherme, deixaram de participar, com as justificativas de que não estava valendo a pena financeiramente e por incompatibilidades com as exigências da produção orgânica. Outro caso foi o do produtor individual Joaquim, que deixou de participar após um episódio em que, após uma visita dos membros do NEEA em seu sítio no assentamento, foi constatado que ele estava usando N.P.K para adubar os canteiros, o que vai em desacordo às exigências da produção orgânica. Após este episódio o agricultor optou por se ausentar da feira.

Em contrapartida, a feira passou a contar com outros participantes não agricultores, como a Lara e o Alex, com o negócio de compostagem doméstica chamado “Minhocaria”; a Bruna e o Hermano, com o negócio de óleos essenciais, artesanatos e argila terapêuticas chamado “Raízes de Gaia”; a Dona Maria, com empadas e bolos artesanais; o Seu José, com produtos de limpeza feitos artesanalmente, como sabão e detergentes; a Milena e a Camila, com mel, temperos, granolas e também orquídeas e bonsais; e o Tom, com instrumentos musicais feitos de bambu e madeira.

Já mais pro fim deste período, em meados do primeiro semestre de 2018 a agricultura assentada do Bela Vista, Edna, entrou na feira, representando a recém-criada Associação das Mulheres Camponesas em Ação, AMCA. À princípio ela entrou mais com o entusiasmo em participar e em produzir sem veneno do que com produção propriamente dita. Na primeira feira em que participou, montou sua barraca com dois cavaletes emprestados por um membro do NUPEDOR e uma tábua que tinha em casa, e levou para vender alguns pés de alfaces e berinjelas, um punhado de pimentas, uma jaca e um pouco de limão-cravo. Entretanto, a entrada desta agricultura foi bastante importante para a feira, devido ao fato dela representar um grupo de mulheres do Assentamento Bela Vista que vem se organizando politicamente no combate ao uso de agrotóxico e na apropriação e valorização da cultura e identidade camponesa, em particular das mulheres camponesas.

O segundo período da feira se inicia com a mudança para a Praça da Fonte, no DAAE, em Agosto de 2018 até o presente momento. Toninho, Edna, Mekaô, Minhocaria, Dona Maria e Raízes de Gaia seguiram, a Sirlei deixou de participar, pois abriu um negócio no município de Motuca, trata-se de uma pizzaria/restaurante chamado Fratelli, mesmo assim, eventualmente ela vai à feira para rever o pessoal e também como consumidora, inclusive comprando em considerável volume para abastecer a pizzaria. Tom, dos instrumentos de bambu, passou a participar eventualmente. Seu Joaquim, e a esposa Dona Fátima, que já haviam participado no primeiro período e saíram devido às dificuldades na produção orgânica, decidiram voltar, e passaram a somar com produtos hortifrúteis; Luisinho, produtor do Monte Alegre que já tinha afinidades com a produção orgânica também entrou com produtos hortifrúteis. Edson produtor de Cachaça Artesanal, da marca “Cachaça do Horto” do assentamento Monte Alegre e Joana e Daniel, assentados do Bela Vista, que estavam iniciando a produção de hortifrúteis participaram durante alguns meses mas acabaram deixando a feira. O primeiro saiu por conta de achar que o tipo de produto que vende (cachaça) não tem muita saída para vender cotidianamente na feira, inclusive, decidiu sair das outras feiras que fazia, porém, seguem em contato com a rede, continuam participando dos grupos de Whatsapp e demonstram interesse em participar da feira em eventos pontuais. Já o casal Joana e Daniel saiu devido a incompatibilidades com o ritmo da produção orgânica, e posteriormente, mudaram de cidade. Mais recentemente a Epitacia, artesã de colares e pulseiras feitas artesanalmente de macramê e pedras, e o casal Tatiana e Edvaldo, com pães e doces de tradição baiana, iniciaram a participação. Vera do Monte Alegre participa eventualmente também vendendo pães, geleias, salgados e ervas. O coletivo de artesanato de mulheres do Bela Vista, com artesanatos de crochê, fuxico e afins, Azucena (artesanato e

sementes crioulas) e Rubinho (barrinhas de cereais e alimentos saudáveis) também participam eventualmente. Também é relevante dizer que, com a feira na praça do DAAE foi possível firmar parceria com o Músico Vinícius que passou a se apresentar corriqueiramente na feira. Além disto, foi iniciado o projeto de Saúde Corporal e Mental com atividades de Yoga e Tai-Chi.

4.2 Dinâmica da comercialização nos dois períodos

Quando a feira ocorria no pátio da unidade IV da UNIARA, que fica às margens da via expressa, no bairro do Jardim Nova América, os agricultores e expositores costumavam chegar ao pátio por volta das 15h20min da tarde. Às vezes atrasavam um pouco e chegavam em ritmo mais acelerado. Eles entravam com os carros pelo portão de trás e de imediato iniciavam o descarregamento dos produtos e montagem das barracas. Era bastante comum já ter consumidores esperando e usualmente estes auxiliavam os feirantes no descarregamento e na montagem, particularmente o agricultor Toninho. O clima era bastante amigável, e as pessoas se cumprimentavam demonstrando certo grau de intimidade.

Num primeiro momento, em um ‘boom’ inicial o maior movimento acontecia na barraca de hortifrúti do Toninho, era comum ter mais de uma dúzia de consumidores, que muitas vezes se amontoavam na barraca e “batalhavam” entre si na escolha dos melhores produtos. O ritmo ficava bastante acelerado neste momento, sobretudo devido à ânsia e impaciência dos consumidores em escolherem rapidamente os melhores produtos e partirem. Enquanto a maioria dos consumidores estava na barraca de produtos hortifrúti os outros expositores já haviam montado e arrumado suas próprias barracas.

Como atualmente, não havia padrão de barracas, diferentemente de outras feiras do município, portanto, os agricultores de hortifrúti levavam às barracas de aço que usam para as outras feiras, já os demais levavam outros tipos de barracas ou até mesmo apenas uma mesinha para exporem os produtos.

Havia uma boa oferta de hortaliças de vários tipos, como diferentes tipos de alfaces, rúcula, almeirão, agrião, espinafre, mostarda, taioba. Porém houve feiras, principalmente durante os meses de agosto a outubro de 2017, em que a oferta não era suficiente e quase sempre faltavam produtos para alguns consumidores que chegavam mais no fim da feira, que, muitas vezes, voltavam um pouco frustrados por não terem conseguido comprar o que era pretendido. Entretanto, após o agricultor destinar mais canteiros à produção de hortaliças, esta demanda foi sanada e era comum sobrar algumas verduras, que seriam distribuídas aos outros

expositores no fim da feira. Também havia uma boa oferta de frutas, porém em menor diversidade e quantidade que as hortaliças, as principais encontradas eram bananas, limão cravo, manga, maracujá, mamão e abacate, dependendo da sazonalidade da produção. Quanto aos legumes e raízes havia, principalmente, a oferta de cenouras, beterrabas, batatas-doces, dentre outros. Eventualmente os agricultores traziam produtos não encontrados facilmente em supermercados, o que despertava a curiosidade nos consumidores, como caxi, uvaia, almeirão catalonia, ora-pro-nobis e outros.

Ainda neste momento inicial eram poucos consumidores que se dirigiam às outras barracas, mas assim que passava o maior fluxo, a feira entrava em outro ritmo, mais calmo, quando havia menos consumidores no espaço e os que se encontravam por ali se dividiam também entre as outras barracas, sobretudo nas que vendem outros produtos alimentícios como a dos cogumelos e a dos pães, bolos e geleias.

Passado o “boom” inicial, já em um segundo momento, a calma reinava na feira, e os feirantes presentes conversavam sobre questões aleatórias e cotidianas, muitas vezes trocavam produtos entre si e continuavam conversas das semanas passadas. Alguns consumidores mais próximos participavam destas conversas e passavam um bom tempo no espaço, principalmente àqueles aposentados que enxergam a feira como um bom lugar para a socialização, havia também inúmeras crianças correndo e brincando pelo pátio, levadas principalmente por suas mães.

Em suma, durante o primeiro período da feira, destaca-se a atuação do Toninho, que seguiu ininterruptamente, no decorrer dos dois anos, ofertando hortifrúti produzidos de maneira orgânica. Mesmo nos momentos difíceis, em que muitos agricultores estavam desanimados, e ainda não havia tantos consumidores constantes, ele se manteve, com esperança, bom humor e carisma. Estes atributos também podem justificar a simpatia que conquistou os consumidores, pois, além de agricultor, ele sabe ser feirante, ou seja, sabe vender os produtos e conquistar os clientes, diferentemente de alguns agricultores que passaram neste período pela feira, que ficavam tímidos e cabisbaixos, nitidamente desconfortáveis no papel de feirante.

Também neste primeiro período, destaca-se a atuação do Lucas dos cogumelos Mekaô, que como Toninho, permaneceu ininterruptamente, nos momentos de alta e baixa, e pôde conquistar a confiança e o reconhecimento de bastantes consumidores. A Sirlei também teve participação destacada, pois além de aprimorar cada vez mais seus produtos artesanais, que iam desde as geleias de frutas até pães,ucas, bolos e pizzas, integrou a comissão gestora da feira, e foi essencial nos momentos de baixa, dando sugestões e atraindo consumidores.

Além dos agricultores supracitados, destaca-se neste primeiro período, a entrada e participação dos feirantes não-agricultores, que vieram a somar em um momento crucial de baixa da feira, sobretudo a atuação da Dona Maria, demonstrando interesse, simpatia e atraindo inúmeros consumidores, da Lara do Minhocaria, e da Bruna e Hermano do Raízes de Gaia, que além de trazerem novos consumidores à feira, se inseriram na comissão gestora, deram importantes sugestões no construir da feira, e no caso da Lara e da Bruna, ofereceram oficinas de compostagem e argiloterapia, respectivamente, à comunidade da feira.

Em seu atual período, o que chamamos de segundo período, já na Praça da Fonte do DAAE, a feira passou a iniciar às 16h30min, porém os feirantes costumam chegar às 16h00min para montagem das barracas. Como no primeiro período, ainda não existe um padrão nas barracas, por este motivo há aqueles feirantes que usam às barracas de ferro disponibilizadas pela prefeitura para as outras feiras, como é o caso dos agricultores, e os que seguem trazendo outros tipos de barracas ou mesas para exposição.

Neste período atual, são quatro agricultores que firmaram a participação na feira, o Toninho, o Joaquim, a Edna (representando a AMCA) e o Luisinho.

Os feirantes, com seus veículos próprios, entram pela portaria de funcionários do DAAE, em que possuem cadastro para que seja permitido o acesso. O processo de montagem é relativamente rápido, entretanto, ainda é notável, principalmente nas primeiras feiras dos meses, uma grande quantidade de consumidores já esperando, sobretudo o agricultor Toninho e agora também o agricultor Luisinho, para conseguirem os melhores produtos, fato que também ocorria no primeiro período na UNIARA, o chamado “boom inicial”. Muitas vezes estes consumidores, principalmente os mais acostumados com a dinâmica da feira, ajudam no descarregamento da produção e na montagem da barraca. Mas também neste momento de “boom” inicial, há aqueles consumidores que, impacientes, não esperam a montagem final da barraca e a exposição dos produtos e partem atacando as caixas, tumultuando um pouco o ambiente. Nestas situações, é visível o desconforto dos agricultores, que costumam pedir ajuda para os membros do NEEA/NUPEDOR presentes, ou mesmo aos consumidores mais constantes, para desacelerarem e conterem estes consumidores. Às vezes alguns consumidores de primeira viagem, não acostumados com a dinâmica da feira, não ficam contentes em ter que esperar o processo de montagem.

Posteriormente ao fluxo do “boom inicial”, que ocorre, sobretudo, nas primeiras feiras do mês, o ambiente fica bem mais calmo, mas sempre há consumidores de passagem. Neste momento mais calmo, os feirantes aproveitam para conversarem entre si e escutarem músicas quando há apresentação do músico Vinícius.

A Edna e o Luisinho foram os que mais se ausentaram, por motivos de dificuldades na produção, como falta de produtos e por perdas devido a fortes chuvas, mas também por dificuldades no deslocamento, em que, em mais de uma oportunidade não puderam ir devido a problemas de transporte. É nítido a falta que fazem quando se ausentam, além de dar um aspecto mais vazio à feira, faz falta os produtos que levam.

4.3 Atores Principais

Toninho, o guardião da feira

Figura 4 – Toninho e a madrinha Ana



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

O agricultor Antônio é assentado do Bela Vista do Chibarro, mais conhecido como “Toninho”, ou “Cabeceira” no assentamento. Ele participa da feira desde o início, e está firme no processo de transição agroecológica. É um dos membros da Organização de Controle Social (OCS) do Assentamento Bela Vista. Além dele, vive no lote sua esposa Luciene, conhecida apenas como Lu, sua sogra, e uma filha de seis anos, Yasmin. A outra filha, de 24 anos, mora na cidade e é recém-formada em Nutrição, porém trabalha atualmente como manicure. A renda total da família advém essencialmente da venda de frutas, legumes, verduras e ovos caipiras, nas quatro feiras em que participam. Além da feira “Da Roça para Mesa”, eles participam das feiras do programa “Negócio do Campo” da prefeitura, a feira

noturna, a feira da praça Pedro de Toledo, e a feira do terminal de integração de ônibus. Entre o trabalho no campo e o “fazer a feira” (carregar o carro, pegar a estrada do assentamento até o local da feira, montar a barraca, desmontar a barraca) ele contabiliza em torno de 13 a 14 horas, sendo todo o processo bastante desgastante. Entretanto, relata que com a feira “Da Roça para a Mesa” é diferente, pois nesta, o processo de “fazer a feira” acaba sendo mais rápido que as outras, durando no máximo quatro horas (das 16h. às 20h.), já nas outras perde mais tempo neste processo. Na feira de sábado fica das 4h da manhã até 11h, a do terminal de ônibus é o dia inteiro, e na noturna fica das 15h às 21h, por estes motivos, se diz cansado e que gostaria de diminuir a quantidade de feiras que faz, “hoje a melhor feira é a do DAAE, a que traz mais renda e demanda menos tempo de trabalho, por isso gostaria de sair de outras feiras, cansa muito, queria dedicar mais tempo à produção e fazer menos feira, produzir e ocupar o lote todo com produção orgânica” (Diário de Campo, 2019).

O trabalho no lote é dividido entre ele, a esposa e a sogra. O Toninho fica com a parte mais pesada do plantio, como bater e conduzir os canteiros, além de trabalhar como feirante nas quatro feiras. Cabe à esposa fazer a colheita e processar os produtos, às vezes também capina e planta e o acompanha em duas das feiras, a tia do Toninho, que é também sua madrinha, o acompanha nas outras duas feiras, como é o caso da feira no DAAE. Para a madrinha eles pagam diárias por estes dois dias de feira.

Praticamente tudo o que é ofertado na feira de orgânicos é colhido no dia, pela manhã, às vezes já deixam colhido alguma coisa no dia anterior, como produtos que não sentem muito, tipo as raízes. A sogra fica sempre no lote, e também faz os trabalhos menos pesados como embalagem e processamento dos alimentos, além de cozinhar diariamente e tomar conta da neta.

Além das diárias pagas para a tia, também pagam diárias para o tio do Toninho, que é o padrinho. O serviço do tio é de capinar todo o lote e ajudar nos processos mais pesados, como bater canteiros. Costumam pagar duas diárias por semana para ele, mas quando há bastante serviço, chegam a pagar quatro diárias.

Praticamente toda a produção da feira de orgânico vem do lote, apenas algumas frutas, como maracujá e mamão, são adquiridas de terceiros vinculados à O.C.S mas impossibilitados de ir à feira. Entretanto, para as outras feiras, além da produção própria, ele compra produtos de outros assentados e até do ponto de atacado do Mercado. Ele estima que a produção média por semana seja entorno de 60 quilos, sendo o equivalente a aproximadamente 110 caixas cheias. Quando a feira era na UNIARA, ele levava entre 25 e 30 caixas, arrecadando o valor médio em torno de 400 reais, dependendo do movimento. Com a

mudança da feira para a Praça da Fonte, o número de caixas que leva aumentou para 40 a 45 caixas, e a renda média em mais de 600 reais.

Os produtos, em geral, são vendidos por dois reais e cinquenta centavos (anteriormente vendia a dois reais), possuindo uma boa variedade de verduras (cinco tipos de alface, agrião, almeirão, brócolis, rúcula, salsinha, cebolinha, catalonia, repolho, dentre outros) legumes e raízes (cenoura, beterraba, mandioca, batata doce, caxi, maxixe, abobrinha, abóbora, berinjela, tomate, entre outros) e frutas (banana, limão, maracujá, manga, acerola, amora, pitanga, dentre outras). Há alguns itens que são vendidos processados, como salsinha e couve picadas, e mandioca descascada.

Quando a feira acontecia na UNIARA, o lote era dividido em uma parte conduzido de forma orgânica, para o escoamento nesta feira, e outra parte conduzida de forma convencional, para escoamento nas demais feiras, entretanto, com a mudança para a Praça da Fonte e a maior segurança e domínio sobre os processos da produção orgânica e também pela maior demanda por estes produtos, os agricultores decidiram passar a produção do lote todo conduzido de forma orgânica, não possuindo mais área conduzida de forma convencional.

Para o Toninho, a participação na feira, além de ser uma via a mais de escoamento, trouxe outras possibilidades para repensar a produção. Ele e sua esposa sentem que pouco a pouco estão absorvendo os valores da agroecologia e se entendendo com agricultores agroecológico.

No que diz respeito à produção de cana, os agricultores nunca cultivaram, porém relatam que o pai do Toninho, que possui lote ao lado deles, já cultivou e vendia para a Usina. A madrinha e o padrinho, que também são assentados, já aderiram à cana anteriormente, porém tiveram problemas com o cultivo, mesmo assim o padrinho relata que vê com bons olhos a cana no assentamento, segundo ele, a cana dá dinheiro e é um dos melhores negócios que já entrou no assentamento, mas ele não soube conduzir o cultivo o que acarretou em prejuízos. Já o Toninho é bem mais cético em relação à cana, mesmo assim, concordou com o tio que poderia trazer muito dinheiro se “fizesse o negócio certinho”, como ele disse, mas que no caso dele, o negócio é outro, o foco é a horticultura, mesmo assim, ele relata que tem interesse em plantar cana orgânica em uma área do lote, mas para consumo interno e comercialização em feiras.

Edna, a liderança da Associação

Figura 5 – Edna representando a Associação das Mulheres Camponesas em Ação



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

A agricultora Edna é viúva, ela relata que o marido morreu decorrente a doença condicionada pelo uso intensivo de agrotóxico nos canaviais em que trabalhava, por este motivo, ela tem o posicionamento bastante contrário ao uso de qualquer tipo de agrotóxico na produção. Edna vive no Assentamento Bela Vista do Chibarro, juntamente com sua única filha, Dandara, no lote do falecido marido, onde ainda há resquícios da época em que cultivavam cana para a Usina. Sua mãe, Dona Lourdes, é uma das assentadas pioneiras do Bela Vista. A produção dos legumes e hortaliças que vende na feira fica no lote de Dona Lourdes, o que muitas vezes dificulta o manejo da produção, mesmo sendo perto do sítio em que vive. Edna começou a participar da feira no fim do primeiro período, quando a feira ainda estava na UNIARA. Logo em seguida se envolveu na O.C.S. Bela Vista a qual é membro ativo, mas ainda não obteve a declaração. No princípio ela apenas fazia a feira “Da Roça para a Mesa”, expondo seus produtos em cavaletes improvisados com uma taboa por cima. Atualmente está também cadastrada na feira noturna, e já obteve uma barraca de aço para exposição dos produtos. Mesmo assim, sua produção ainda é bastante pequena, levando em torno de 3 a 4 caixas por feira. Cultiva, sobretudo, hortaliças de diversos tipos, berinjela, pimenta-dedo de moça, brócolis, temperos como coentro, salsinha, cebolinha e outros e costuma levar frutas dos quintais, como jaca, acerola e limão-cravo. Também costuma levar geleias e pães. Edna é membro fundadora da AMCA – Associação das Mulheres Camponesas em Ação, grupo que conta atualmente com 14 mulheres assentadas. Esta associação existe há

aproximadamente dois anos, mas apenas recentemente foi formalizada. Na feira, Edna representa este grupo e eventualmente leva junto consigo alguma colega da AMCA com algum produto diferente, tipo pães e geleias ou mesmo apenas para ajuda-la nas vendas de sua produção. Segunda ela, 20% do lucro que obtém na feira vai direto ao caixa da AMCA. Sua irmã, Enedina, também membro da AMCA possui vínculos estreitos com o Movimento do Sem- Terra (MST), tendo a oportunidade de graduar-se em pedagogia da terra no Rio Grande do Sul e passar um período de formação em Cuba. O que corrobora para um caráter mais politizado desta família.

As mulheres da Associação têm dedicado esforços no processamento de alimentos, como as geleias de frutas. Estes esforços se estendem na materialização de um espaço de processamento dentro do Assentamento Bela Vista, mais especificamente no centro comunitário (antiga Casinha do Incra), em que há uma cozinha que foi disponibilizada para as mulheres da AMCA. Este espaço da cozinha ainda não está completamente pronto nem atendendo todas as exigências da vigilância sanitária, mas as mulheres têm pleiteado auxílio para reforma e adequação do local. Devido a este esforço, a cozinha já pode ser minimamente utilizada por elas, inclusive no final do ano de 2018 foi possível a realização de um curso através de uma parceria com um grupo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) campus Lagoa do Sino, em que foi facilitado, dentro da cozinha, técnicas e práticas de higienização de alimentos e de processamento mínimo para vendas. Como resultado deste curso, as mulheres passaram a investir na comercialização de geleias de frutas sazonais, como mangas e amoras, o que vem rendendo bom resultado em vendas e renda. Atualmente, o objetivo principal da AMCA é de estruturar a cozinha por completo, uma das prioridades é obter recursos via orçamento participativo, espelhando-se nas mulheres da Associação de Mulheres do Monte Alegre (AMA) que há 10 anos conseguiram, através de muita luta, implementar a cozinha no assentamento e hoje obtém reconhecimento regional com a “Padoka”.

Sirlei, a assentada empreendedora

Figura 6 – Sirlei e seu marido Antônio



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

A agricultora Sirlei, assentada do Monte Alegre, esteve presente na feira desde o início, porém, atualmente não participa mais como feirante, pois optou por abrir um negócio no município de Motuca. Mesmo assim, esta no processo de transição agroecológica, e juntamente com seu marido, são membros ativos da OCS Monte Alegre. Eles têm dois filhos, um que está na faculdade em Sistemas de Informação e não pretende continuar no lote, mas eventualmente ajuda os pais no trabalho no campo, e um outro filho mais novo, ainda na escola primária. Antes de abrir o novo negócio, que se trata de uma pizzaria/restaurante, faziam mais duas outras feiras no município vizinho de Rincão.

O foco principal dos produtos que levavam para feira eram pães, bolos, salgados e geleias de fruta, todos feitos pela Sirlei. Às vezes levavam um pouco de legumes e frutas, como banana, batata doce e abobrinha. Também levavam queijo artesanal que adquiriam da vizinha para revenda, e polpas de frutas congeladas.

O trabalho no campo é feito pelo esposo, Antônio, enquanto Sirlei auxilia nos trabalhos mais leves como aguar a horta. Ela também era membro da comissão gestora da feira e anteriormente havia sido secretária da Cooperativa dos Agricultores de Motuca (COOPAM) sediada no Monte Alegre.

Após abrirem a pizzaria no segundo semestre de 2018, ficaram impossibilitados de participarem das feiras que faziam, pois a pizzaria, que se tornou a primeira pizzaria do pequeno município de Motuca, toma bastante disposição e tempo de ambos. Porém, mesmo assim, ainda participa dos grupos de Whatsapp da feira, e corriqueiramente frequentam a feira como consumidores, pois todo o cogumelo que utilizam e grande parte dos hortifrúteis são adquiridos dos feirantes de lá. Além disto, criou laços de amizade com feirantes e consumidores, e sentem carinho pela feira.

Lucas, o apelo do movimento da agricultura alternativa

Figura 7 – Lucas e sua banca de cogumelos



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

O agricultor Lucas, junto com seu irmão Gabriel, vendem cogumelos tipo “shimeji” que produzem há cinco anos, num sítio adquirido pela família na estrada sentido Gavião Peixoto. Nesta estrada os canaviais são predominantes, sendo o sítio deles, chamado Mekaô, um dos únicos espaços de agricultura diversificada, pois além da produção de cogumelo orgânicos, eles introduziram um Sistema Agroflorestral (SAF) no sítio. Além da feira “Da Roça para a Mesa”, que estão desde o início, participam da feira noturna do município às quintas-feiras e vendem para restaurantes e pequenos mercados, também distribuírem em pequenas quantidades para restaurantes e pequenos mercados nos municípios de São Carlos e Ribeirão Preto. A bandeja com 200 gramas de cogumelo shimeji branco é vendida por 7,00

reais, a bandeja com mesma quantidade de shimeji tipo europeu é vendida a 8,00 reais. O pacote com 1kilo de shimeji branco sai por 20,00 reais. Para os irmãos, o que mais motiva a participação na feira é estar próximo ao movimento da agricultura alternativa do município. Como se mantêm desde o início da feira, possuem clientela fiel, e muitos consumidores associam à feira aos cogumelos. As principais dificuldades enfrentadas são referentes ao cotidiano no campo, embora Lucas tenha formação acadêmica em Engenharia Florestal pela UNESP Botucatu, não tinha experiência prática no trabalho agrícola, pois sempre viveram na cidade, por este motivo, podemos considera-los como os chamados pela literatura de “neorurais”, que decidem pelo caminho do campo em detrimento de uma ocupação na cidade.

Seu Joaquim, e as feiras como prioridade de renda

Figura 8 – Joaquim e sua banca de frutas e hortaliças



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

Seu Joaquim e sua esposa Dona Fátima são assentados do Bela Vista do Chibarro, participaram da feira na UNIARA por um breve período, saíram por um constrangimento relacionado a produção, em que a equipe do NEEA foi a campo no lote deles e percebeu a utilização de NPK nos canteiros (o que vai contra o regulamento da O.C.S.). Eles voltaram à feira com a mudança para a Praça da Fonte no DAAE, no segundo período. Além da feira “Da Roça para a Mesa” eles fazem outras cinco feiras no município, (Scalamandré, Vale Verde, Pedro de Toledo, Terminal e Noturna) são os que mais fazem feiras dentre todos os

participantes, e toda a renda familiar tem como fonte o que vendem nestas feiras. O trabalho no lote e nas feiras é essencialmente familiar. São nove pessoas que vivem no lote, além do casal tem os filhos Gabriel, Luarte e Lucélia, o Tio do Joaquim um neto e duas sobrinhas. Gabriel e Luarte ajudam a fazer feira, Gabriel também ajuda na produção no campo, assim como o Tio. Lucélia trabalha fora, mas de vez em quando ajuda nas atividades, há ainda uma outra filha do casal que não mora no lote, mas mora no Assentamento e também faz feiras, além de plantar maracujá em grande quantidade que vende para indústria. Eles já cultivaram cana para Usina, mas atualmente possuem apenas uma pequena quantidade para consumo próprio e vendas em pequena escala.

Luisinho, a representação da juventude

Figura 9 – Luisinho



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

Luisinho vive com os pais e mais dois irmãos no sítio no Assentamento Monte Alegre, possui 24 anos e iniciou a participação na feira no segundo período. A intermediação para sua entrada foi feita via O.C.S. Monte Alegre, a qual veio a somar. Ele chegou a participar da feira em apenas uma oportunidade anteriormente, quando esta ainda era na UNIARA, mas não achou que valeria a pena continuar, pois havia pouco movimento à época. A maioria de sua produção é de legumes e tomates, sendo seu forte a produção de tomates orgânicos, o que fez ele se destacar, pois há bastante procura dos consumidores por este produto. Esta produção iniciou após a realização de um curso semestral em seu lote no ano de 2017,

disponibilizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e facilitado pelo agroecólogo Marcelo Sambiase. Além dos famosos tomates, o agricultor também se destaca na produção de outros legumes e raízes, como cenoura, beterraba e berinjela.

Ele conta que já cultivaram durante quatro anos para a Usina São Martinho, mas que agora já arrancaram tudo e estão plantando banana orgânica aonde eram os canaviais. Ele e a família têm a pretensão de aprofundar investimentos no hortifrúti orgânico, inclusive o pai dele pediu demissão do trabalho de motorista de caminhão da Usina para focar ainda mais no cultivo orgânico no lote.

Joana e Daniel, expressão das descontinuidades

Figura 10 – Joana e seu marido Daniel: banca hortaliças



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

Este casal, moradores do Assentamento Bela Vista do Chibarro, iniciaram a participação na feira no segundo período, logo no início da mudança ao DAAE. A intermediação para a inserção deles foi feita via Coordenadoria de Agricultura, que os indicou. Embora Joana fosse filha de uma das pioneiras do Assentamento, nunca havia trabalhado na comercialização de hortaliças, assim como seu marido Daniel. Eles investiram no negócio e passaram a trazer uma farta produção à feira (em torno de 18 caixas). Durante um período, se inseriram e participaram de algumas reuniões da O.C.S. Bela Vista. Entretanto, depois de aproximadamente três meses participando da feira optaram por sair, preferindo outra estratégia de produção que não fosse à orgânica e comercializando suas

verduras para quitandas e mercadinhos locais. A justificativa dada seria pelo fato da produção orgânica demandar muito tempo e trabalho, e neste momento, ainda mais por motivos de doença do Daniel não estariam dando conta da demanda de trabalho. Embora gostassem muito da feira, não se enquadrariam no perfil, pois não produziram mais de forma orgânica, desta maneira, saíram também das atividades da O.C.S. Sobre esta última, Joana chegou a comentar que sentia dificuldade de inserção pelo fato de ter chegado depois, e que membros antigos centralizavam muito as discussões e atividades.

4.4 Atores Secundários

Os atores secundários são os feirantes que compõem o nicho artesanal da feira e também alguns consumidores mais assíduos. Sobre os primeiros, cabe destacar a participação da Lara, representante da Minhocaria, e da Bruna e Hermano, do Raízes de Gaia, que são membros da comissão da feira. Outro destaque cabe a Dona Maria, que está presente desde a UNIARA e já é bastante associada à imagem da feira. Tom dos instrumentos e Carlos da cachaça não têm mais participado semanalmente da feira, pois acreditam que o produto que vendem não tem saída no cotidiano, mas seguem na rede e se dispõem a estarem presente em eventos pontuais. Já o caso da Vera do Monte Alegre e das Mulheres do Fuxico do Bela Vista, é oportuno dizer que estas estão com bastante dificuldades em participar da feira de forma corriqueira, devido a problemas relacionados a saúde e transportes.

Figura 11 – Minhocaria, produtos de compostagem, mudas e artesanato em madeira



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

Figura 12 – Dona Maria com empadas e bolos



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

Figura 13 – Carlos e as cachaças artesanais



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

Figura 14 – Raízes de Gaia: Bruna e Hermano



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

Figura 15 – Meninas do fuxico do Assentamento Bela Vista



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

Figura 16 – Tom e os instrumentos feitos à base de bambu



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

Figura 17 – Vera do Assentamento Monte Alegre



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

No que diz respeito aos consumidores, há um grupo fiel de aproximadamente 30 consumidores que frequentam a feira desde quando acontecia na UNIARA, foi feita entrevista com 15 destes consumidores mais assíduos, sendo que dois deles foram ou ainda são membros da comissão. As entrevistas ocorreram no intuito de investigar dados gerais sobre o perfil deles, saber os principais motivos, porque frequentam e como percebem o vínculo que criaram com os feirantes e demais consumidores.

Dos quinze entrevistados, doze eram mulheres e três homens, o gasto médio por feira é em torno de 50 reais, sendo o gasto máximo relatado de 110 reais e o mínimo 20, o que indica que são consumidores com bom nível de renda. Todos disseram que dão prioridade em comprar produtos na feira, mas, produtos que não encontram, compram em quitandas e supermercados. O principal motivo que os leva a feira é pelo fato de encontrarem verduras, legumes e frutas frescas e sem agrotóxico, também por acharem os preços bons e pelo interesse em contribuir com o movimento agroecológico e práticas de consumo mais responsáveis com o meio ambiente. Todos creem que criaram laços de amizade e confiança com os feirantes, sobretudo com o Toninho que está desde o início. Também há relatos de consumidores que se tornaram grande amigos de outros consumidores.

Abaixo alguns relatos e opiniões destes consumidores, destacadas do no diário de campo, sobre a feira:

“Amo comprar na feira orgânica porque sempre posso levar as ramas. São potentes alimentos muitas vezes descartados. Com elas faço pesto, caldo de legumes e deixei um pouco para fazer bolinhos e refogado amanhã”.

“Essa feira aqui em Araraquara é um verdadeiro tesouro! Respeito máximo aos produtores do campo, só tenho a agradecer por este movimento aqui, muito rico, avante!”

“Os produtos são ótimos! São pessoas que trabalham de sol a sol. Produtos baratos e de excelente qualidade! A simplicidade deles nos cativa! Voltamos as nossas raízes, de nossos avós e bisavós!”

“Infelizmente às vezes tenho imprevisto e não vou, mas sei das dificuldades dos agricultores e os imprevistos da natureza. Vou comprar o que preciso sabendo que nem tudo estará disponível. Mas o que tiver, será fresco e saudável”.

“Amo a feira! Produtos de qualidade e super saborosos. Obrigado senhores agricultores por nos oferecer produtos frescos e saudáveis. Grata!”

“Se tem uma coisa que devemos agradecer é que alguém disponha seu tempo e sua vida para produzir alimentos saudáveis para que nós, da cidade, possamos nos alimentar com qualidade. Pra quem mora na cidade parece fácil, passa ali e acolá e compra a feira da semana... porém pra quem vive do que a terra dá, é diferente, pois ele deposita ali toda sua esperança e confiança de que vai colher o que está plantando!”

Fortalecendo laços: o consumidor vai a campo

No dia 09/04/2018 um grupo de consumidores da feira foi ao sítio do agricultor Toninho e sua esposa Luciene no assentamento Bela Vista do Chibarro. A visita surgiu da demanda dos próprios consumidores em conhecerem o local de produção do agricultor. A data foi marcada levando em consideração a disponibilidade dos agricultores, sendo segunda-feira o melhor dia, pois é um dos únicos dias em que não há nenhuma outra feira. A UNIARA disponibilizou um ônibus para o deslocamento até o assentamento. A visita, que contou com um grupo de aproximadamente 35 consumidores, iniciou às 08:00 da manhã, com a saída do ônibus da unidade IV da universidade, e durou a manhã toda.

Os consumidores/visitantes fizeram uma caminhada transversal pelo sítio do agricultor, aonde puderam conhecer o lugar de onde vêm a comida que colocam na mesa, e puderam visualizar os canteiros de hortaliças e legumes cobertos por palhas, para manter a

umidade no solo, e cercados por quebra-ventos de capim-napier, que além de serem barreiras de vento naturais, auxiliam no controle de insetos e outros animais. Os consumidores também certificaram que os insumos utilizados pelos agricultores, para adubação e no controle e prevenção de insetos ou doenças vegetais, são de origem natural, como os biofertilizantes Vairo e Bokashi e o óleo de Neem.

Durante todo o percurso os agricultores explicavam sobre o cotidiano deles no campo, desde o plantio à colheita e a comercialização na feira, até as dificuldades como a falta de tempo para lazer e ócio, pois, como eles mesmos disseram o trabalho no campo “não tem fim”. Era nítido que os agricultores, estavam bastante contentes e até mesmo emocionados com a possibilidade de receber, pela primeira vez, tantos consumidores em seu sítio. Os consumidores por sua vez, também estavam bastante felizes em poder conhecer mais de perto o cotidiano do campo, uma realidade bastante distinta em relação a alguns aspectos da vida na cidade.

Além de visitarem a produção, os consumidores puderam conhecer um pouco da realidade e da história do assentamento Bela Vista, pois antes de chegarem ao sítio, pararam na Agrovila para tomar café da manhã na casa de outra agricultora assentada, que os recebeu com pães, bolos, doces, leite, geleias e frutas, e em seguida, desceram até o famoso Casarão abandonado do Bela Vista, onde a Coordenadora de Agricultura de Araraquara, que é também assentada, os contou um pouco sobre o processo histórico do Assentamento.

4.5 Aspectos da Sociabilidade

Nora e Zanini (2015, p.137) afirmam que as feiras não são apenas espaços de trocas materiais, são acima de tudo, espaços de trocas de bens simbólicos entre o mundo urbano e o mundo rural, aonde é tecido um laço de sociabilidade que une estes mundos. Esta percepção é bem presente na feira “Da Roça para a Mesa”, é bastante perceptível o vínculo criado entre agricultores do campo e consumidores da cidade e as trocas para além do caráter comercial que ali ocorrem, como trocas de conhecimentos diversos, desde receitas culinárias a práticas de saúde e modos de vida. São trocas e conversas sobre coisas cotidianas e sobre temas e pautas que foram sensibilizadas por meio do próprio ambiente da feira, como é o caso da questão do uso do agrotóxico e da valorização do trabalho camponês.

É perceptível que há trocas que expressam solidariedades diversas entre os que participam corriqueiramente deste evento semanal, pois ali, confluem e socializam distintas formas de enxergar e vivenciar o mundo. Estas trocas não se dão apenas entre agricultores e

consumidores, mas também entre agricultores e agricultores, e consumidores e consumidores. Agricultores dos Assentamento Bela Vista e Monte Alegre trocam informações sobre o que acontece nestes distintos territórios rurais, e há também laços de amizades possibilitados e concretizados por meio da feira, há pessoas que se conheceram neste lugar e criaram fortes vínculos.

É muito curioso observar consumidores espontaneamente ajudando agricultores no descarregamento das caixas e na montagem das barracas com a maior naturalidade. Num gesto de reconhecer o trabalho pesado e árduo dos agricultores camponeses, e de alguma forma se dispor a ajudar. Há também aqueles consumidores que estranham, e acostumados com a lógica e o ritmo dos supermercados ficam impacientes e se irritam em ter que esperar o ritmo do camponês em fazer as coisas. Claro, que expressões do homem/mulher urbano também estão presentes em quem vive no campo, e muitas vezes os acelerados são os próprios camponeses, que querem atender as demandas dos cidadãos. Mas esta troca entre campo e cidade expressada nos dias de feira é bastante rica, pois a feira é um ponto de encontro e ambiente propício à socialização, à formação, ao reconhecimento e a reciprocidade.

Figura 18 – Celebração dos dois anos da feira



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

Figura 19 – Práticas de Tai-Chi ao ar livre



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

Figura 20 – Consumidor comprando cogumelos



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

Figura 21 – Gratificação pela música ambiente



Fonte: Acervo NUPEDOR (2018).

4.6 Aspectos da Institucionalidade

Araújo, Lima e Macambira (2015), asseguram que um dos principais desafios de classificar experiências de feiras orgânicas e agroecológicas diz respeito ao seu enquadramento institucional, ou seja, o processo de formalização sobre quem são os responsáveis pela organização das feiras, quais são seus princípios e objetivos, suas regras e condições de participação, formas de garantir a credibilidade como certificação, controle da origem e da qualidade dos produtos, entre outros.

Garcia (1984) afirma que a feira, como instituição, é algo que “se impõe aos agentes, que lhes é de algum modo externo”, como o dia de sua realização, o local, e as modalidades de trocas, que são “fato consumados” imposto por sujeitos externos aos participantes.

O enquadramento institucional, assim como assegurado por Araújo, Lima e Macambira (2015) tem sido um dos grandes desafios da feira “Da Roça para a Mesa”, mas no caso desta feira, diferentemente do que Garcia (1984) observou, a institucionalização teve um caráter mais participativo, na medida em que questões como o dia, o horário e as modalidades de troca foram discutidas de forma conjunta com os agricultores que participaram das reuniões anteriores. Como exposto no relatório do NEEA (2017):

Em reunião com todo esse grupo, no dia 07/07/2016, confirmamos com os produtores nossa intenção de criar a feira no início do segundo semestre, a partir de agosto. Foram discutidos os pontos principais que deveriam constar em nossa proposta de regulamento interno da feira, no qual deveriam constar as obrigações e deveres de cada agente participante. Ficamos de elaborar o documento e chamar outra reunião com todo o grupo. O melhor dia para realização da feira, conforme a maioria dos presentes seria às terças-feiras e o horário das 16h-21h (NEEA, 2017).

Como produto do NEEA, no primeiro período da feira, as questões referentes à institucionalização ficaram a cargo deste grupo (juntamente com o NUPEDOR), mas em diálogo constante com os participantes. Sendo assim, ficou a cargo deste grupo, levando em consideração a participação dos agricultores, definir os princípios e objetivos da feira, as condições de participação e redigir o regulamento interno (AnexoB).

Este regulamento significa um corpo de regras e valores por escrito, com as principais regras do que se pode ou não fazer para participar da feira, como Garcia-Parpet (1984) destaca: o “regulamento e o comportamento das pessoas que frequentam resultam de um consenso produzido”, o que supõe a existência de “práticas recorrentes incorporadas, e um conjunto de regulamentos oriundos do poder estabelecido e censurado por este”.

A certificação, ou, neste caso, a declaração de procedência orgânica, ficou a cargo das Organizações de Controle Social (OCS), mecanismo de controle social do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para a garantia da qualidade orgânica de produtos provenientes da agricultura familiar, aos agricultores cadastrados que cumpram os dois regulamentos técnicos da produção orgânica, possuam a declaração de registro junto ao MAPA e realizam a comercialização de forma direta ao consumidor.

No segundo período, mesmo com a parceria com a Coordenadoria da Agricultura e DAAE, mudaram poucos os aspectos gerais da institucionalização da feira, sendo feita a atualização do regulamento (Anexo C), com a participação direta dos participantes.

Cabe ressaltar, em ambos os períodos, o papel da comissão gestora da feira, composta por membros participantes do NUPEDOR/NEEA, feirantes (agricultores) e consumidores. No segundo período, após a mudança no local da feira e atualização do regulamento, com a divisão dos feirantes em dois nichos, orgânicos e artesanais, a comissão da feira passou a ser composta por representantes destes nichos, além dos anteriormente já comentados (membros do NEEA/NUPEDOR e consumidores).

O nicho artesanal foi criado por sugestão do NUPEDOR/NEEA, após inúmeros debates sobre as dificuldades em se obter ou produzir farinha orgânica na região, devido ao preço e ao clima, o que dificultava a produção de pães orgânicos, por exemplo. Desta maneira, e com o intuito de agregar os expositores que não se enquadravam como agricultores

orgânicos, como os expositores de artesanato em madeira, e ao mesmo tempo, manter os expositores de pães, salgados e bolos, valorizando o trabalho artesanal, no entendimento que assim como a produção orgânica, os produtos artesanais também enquadram na venda direta e representam uma forma de resistência contra hegemônica, decidiu-se que seria permitida a venda de produtos oriundos de matéria prima não necessariamente orgânica, mas que fossem de cunho artesanal. Entretanto, é amplamente encorajada a utilização de matéria prima orgânica e, em um futuro próximo, em que o acesso a estes bens forem facilitados, à perspectiva é que, mesmo os produtos do nicho artesanal sejam 100% orgânicos.

Outra mudança significativa foi a obrigatoriedade do vínculo a O.C.S ou algum outro meio de certificação formal, para participar na feira enquanto agricultor orgânico, o que não era explicitado no regulamento anterior.

Figura 22 – Leitura e discussão da atualização do regulamento interno.



4.7 Atores institucionais

Os principais atores institucionais que abrangem o universo da feira “Da Roça para a Mesa” são a Universidade de Araraquara, através do NUPEDOR e do NEEA, presentes desde o início e essenciais para o surgimento desta; a Prefeitura Municipal, pela atuação da Coordenadoria de Agricultura, que passa a ter um papel após o primeiro período; o DAAE, responsável institucional pela Praça da Fonte; e por fim, no âmbito institucional mais micro, a Comissão Gestora, formada por membros integrantes dos nichos orgânico e artesanal, por representantes do NEEA/NUPEDOR, e por consumidores da feira.

A comunicação direta com o DAAE acontece, sobretudo, com o Gerente Administrativo e com a responsável pela área de Comunicação da autarquia, estes eventualmente também frequentam e consomem produtos da feira, se mostrando contentes em poder participar de alguma maneira de sua construção. Outro funcionário que participa rotineiramente da feira é o segurança terceirizado da Praça, que assumiu a incumbência de estender o *banner* de divulgação em frente à Praça todo dia de feira. Entretanto, há situações em que é perceptível certo nível de constrangimento de alguns funcionários do DAAE em relação à feira e seus membros, sobretudo no início, um exemplo concreto ocorreu no primeiro dia de feira na Praça da Fonte em que sumiu um equipamento da equipe de jardinagem, e o responsável desta suspeitou que o sumiço pudesse estar relacionado com algum dos feirantes que passaram a estacionar seus carros na área interna da autarquia. No fim, o que de fato ocorreu, foi que um membro da equipe de jardinagem havia guardado o equipamento previamente devido ao maior movimento no estacionamento. Esta situação causou certo desconforto entre os participantes que chegaram a ter seus carros vistoriados pela equipe de segurança do DAAE. Outros constrangimentos e descompassos se expressam na rígida estrutura burocrática das dinâmicas internas do DAAE, exigindo protocolos para comunicar coisas simples como mudanças de horários, e as eventuais atividades realizadas na feira.

Os agentes da coordenadoria de agricultura apoiam a feira, inclusive foram essenciais na articulação para a mudança para Praça do DAAE, porém, não participam ativamente dos eventos e circunstâncias que englobam a feira, sobretudo, devido à falta de pessoal técnico da Coordenadoria e as inúmeras atribuições desta pasta. É notável a sobrecarga de serviço da pasta se levado em conta o número de servidores.

Mesmo assim, a coordenadora sinalizou em mais de uma oportunidade o interesse em inserir a feira no Programa Negócio do Campo do município, ainda que este arranjo não esteja oficializado nem discutido de forma ampla com os agentes que compõem a feira. A última conversa com a coordenadora era que até o primeiro semestre de 2019, a feira, assim como

duas feiras municipais mais recentes vinculadas ao SENAR, entrariam como modalidades deste programa. No caso da feira “Da Roça para a Mesa” seria considerada uma modalidade específica para orgânicos, e o regulamento interno serviria como base para esta institucionalização. Os passos para efetivar esta ideia é a aprovação pelo setor jurídico da Prefeitura, e logo após a aprovação pela Câmara Municipal, que, segundo a coordenadora não haveria dificuldades em aprovar. A incorporação da feira na legislação municipal é importante, pois a resguardaria oficialmente, caso uma futura gestão municipal quisesse interrompe-la. Segundo a coordenadora, o principal entrave para esta oficialização diz respeito a burocratização interna e a já mencionada elevada carga de serviço da pasta.

A UNIARA, enquanto Universidade apoiou, mesmo com certa resistência, a realização da feira, cedendo o espaço do pátio da unidade IV para a realização desta. Também ofereceu apoio com publicidade, fazendo divulgação via rádio UNIARA e disponibilizando material e pessoal técnico para confecção de *folders*. Entretanto, há claramente uma diferença interna entre grupos com distintas visões acerca de modelos de produção e no âmbito ideológico. Esta disputa se expressa mais visivelmente na Unidade da Fazenda Escola desta Universidade, aonde o Núcleo de Agroecologia possui área experimental dividindo o espaço com experimentos de outros grupos, em sua maioria do curso de Agronomia, conduzidos de modo convencional e até mesmo em parceria com empresas do agronegócio, como é o caso da parceria com a Fundecitrus. Esta disputa, no campo ideológico, reverbera na feira na medida em que esta é produto do Núcleo de Agroecologia. Atualmente, a participação da UNIARA se dá apenas mediante a atuação dos grupos NUPEDOR/NEEA, que possuem papel de destaque no acontecer da feira, não só por pesquisas acadêmicas desenvolvidas em seu âmbito, mas também pelo apoio destes grupos aos feirantes e pelo forte vínculo estabelecido com a feira desde sua criação.

O modelo de gestão se propõe a ser auto gestor e co-construindo pelos participantes (agricultores, expositores e consumidores) com auxílio dos Núcleos de Pesquisa e Extensão da UNIARA (NEEA/NUPEDOR) e outros atores institucionais. Dessa forma, desde o início foi estabelecida uma comissão gestora com feirantes, consumidores e membros do NUPEDOR/NEEA. Os membros desta comissão mudaram no decorrer do tempo, mas sempre foi mantida esta representatividade entre membros, as reuniões da comissão acontecem com certa frequência, aonde são discutidas questões sobre a dinâmica, gestão e divulgação da feira.

5 CONCLUSÕES

A feira “Da Roça para a Mesa” se mostrou claramente como um espaço vivo e multidimensional, sendo um lugar onde acontecem diversas relações complexas entre os agentes que a compõe, possuindo um caráter extremamente dinâmico e abrangente, e um ritmo peculiar, ora acelerado, ora devagar, sendo possível observar expressões do contraste rural-urbano, se mesclando e se materializando no ambiente.

Foi possível verificar que a feira é mais que uma praça de mercado ou um espaço físico de comércio, pois transcende esta dimensão econômica, abrangendo também as dimensões da sociabilidade e formação, do meio ambiente e da cultura, do lazer e ócio, articulando-as em suas perspectivas rurais e urbanas de forma conjunta.

A caminhada entre as barracas, o vai-e-vem entre as bancas, se contrapõe de forma significativa à rigidez da contabilidade e da dimensão, aparentemente impessoal, da lógica capitalista do mercado.

O espaço físico, propício à socialização e ao desenvolvimento de capital social e cultural, possibilita articular diversos tipos de saberes, fortalecendo redes de contatos alternativas. As relações interpessoais estabelecidas na feira não são somente econômicas, mas também simbólicas e afetivas, há o fortalecimento de práticas socioculturais, trocam-se receitas, informações, sentimentos e experiências.

Como em uma salada de frutas, que mistura o abacaxi, com a pera, o mamão, a manga e diversas outras frutas, todas imersas e unidas pelo caldo da laranja, a feira une distintos tipos de feirantes imersos e unidos na mesma praça. Pessoas com as mais diversas histórias e trajetórias de vida, com distintas ideologias, religiões e valores, estão vinculadas e interessadas em fazer com que a feira aconteça.

O “caldo” da Feira da Roça para Mesa é bastante diverso, abrangendo e unindo desde a senhorinha evangélica ao artesão de inspiração hippie, passando pelos os agricultores assentados, que por si só já representam uma imensa diversidade, até expositores vindos de São Paulo com nível superior completo e grau de doutor. Este caráter diverso e democrático se estende também aos consumidores e frequentadores, pertencente a diferentes classes sociais, gênero e faixa etária.

A feira “Da Roça para a Mesa” é um lugar onde acontece a materialização do movimento agroecológico no município de Araraquara, pois ali ocorre a aglutinação de pessoas com interesse neste movimento, o que supõe o interesse destes sujeitos em romper com os padrões dominantes de consumo.

O fato dos produtos vendidos serem de natureza orgânica sugere uma inovação e uma nova postura/paradigma em vários aspectos (econômico, social, ambiental, político, cultural). Como a comida está intimamente ligada à identidade, pode-se dizer que estas pessoas que buscam na feira comida sem agrotóxico, estão buscando a construção de uma identidade mais saudável e menos tóxica.

Do ponto de vista mais prático dos resultados, foi verificado um significativo aumento na renda dos agricultores, com destaque ao agricultor Toninho, que levava entre 20 a 25 caixas nos primeiros períodos da feira, obtendo uma renda em torno de 400 reais, e com a mudança da feira a Praça do DAAE, passou a levar por volta de 40 e 45 caixas, obtendo uma renda superior a 600 reais por feira, o que sugere uma autonomia do ponto de vista financeiro a este agricultor.

Também foi verificado o maior engajamento e internalização dos valores agroecológicos pelos agricultores da feira, com destaque, novamente, ao Toninho, que aos poucos foi caminhando na transição agroecológica, através da produção orgânica, até dedicar-se exclusivamente a este tipo de produção em seu lote.

Destaca-se também a característica autogestionária da feira, com os agentes ativos nos processos decisórios, articulados e reunidos em espaços democráticos e acolhedores, o que sugere autonomia, do ponto de vista da participação e tomadas de decisões, pelos principais sujeitos da feira.

Pode-se dizer que a Feira pode gerar uma política pública municipal viabilizada pela junção entre Universidade, agricultores familiares assentados e poder público, ou seja, mostra o papel da universidade em formular e implementar políticas no âmbito municipal, o que se fortalecerá e concretizará a partir da inserção da feira no programa municipal Negócio do Campo.

Pode-se também pensar na feira como uma expressão possível da parceria público-privada, à médio e à longo prazo, talvez possa dar origem a uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), ou algo nos moldes da CSA, pois já é possível observar que está se criando uma comunidade em torno da produção dos agricultores da feira, sobretudo do Toninho.

Os caminhos da feira geram questionamentos que não podem ser respondidos à priori: com certeza um espaço que comercializa saberes e prazeres, e não deveria ser ignorado pela gestão pública. Entretanto, nem por isto pode ser administrado mecanicamente à inovação na

prática das políticas públicas dirigidas à agricultura. Há descontinuidades de reciprocidade que convivem com expressões de descrédito.

A expectativa de consumir produtos saudáveis é, muitas vezes, contraposta à desconfiança que ainda paira, felizmente em menor grau, em relação à prática e à vida de agricultores assentados.

Em suma, a feira “Da Roça para Mesa” pode ser entendida como um lugar que preza por valores como a diversidade da produção, a abolição do uso de agrotóxico nos processos de produção, a mútua responsabilidade e reconhecimento entre quem produz e quem consome, a solidariedade e o respeito nas relações. Um lugar de luta, de contradições e dificuldades, mas que expressa resistência e diversidade, mesmo que de forma singela, no meio da lógica monocromática do agronegócio.

Sem esquecer toda riqueza deste diálogo de saberes e fazeres, o estudo da feira permitiu constatar nesta pesquisa, que estudar fenômenos e sujeitos de forma desinteressada e neutra não foi, e nem deveria ser, a prioridade aqui adotada.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, v. 4, n° 2, abril/junho 2000
- ABRAMO, P. Pesquisa em ciências sociais. In: **HIRANO, S (org.). Pesquisa Social: Projeto e planejamento**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p.19-87.
- ARAÚJO, T. P.; ROBERTO, A. L.; MACAMBIRA, J. **Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar**. Fortaleza, Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.
- BARBIERI, J. C. O local e o global na implementação do desenvolvimento sustentável. In: CABRAL, A.; COELHO, L. (Orgs.). **Mundo em transformação: caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 23-46.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos do território e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v.16, n.32, p.31-50, 2001.
- BENJAMIM VIEIRA, C. **O fazer a feira: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara-SP como espaço de reprodução social e econômica**. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Araraquara, 2017.
- BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D.; SANTOS, L. J. C. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p.119-125, 2004.
- CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. In: **COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, 9., 2007, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/9porto/chriscam.htm>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- CÉSAR, C. **Estado de Poesia**. São Paulo: Urban Jungle 2015, Estado de Poesia, 1:07:40.
- COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: histórias, princípios e práticas**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.
- COSTA, M. B. B. **Análise da sustentabilidade da agricultura da Região Metropolitana de Curitiba pela ótica da agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, 2004.
- DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: Reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA L.; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p. 139-170.
- DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

DUVAL, H. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. Estratégias familiares em assentamentos da reforma agrária Brasileira: produção e reprodução social em análise. In: XXX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2015, San José. **Anais do XXX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**, 2015.

DELGADO, G. da C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo, ICONE-Unicamp, 1985.

FERRANTE, V.L.S.B. *Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena*. **Revista NERA** – ano 10, n. 11 – j pp. 61-80 – jul./dez. 2007.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE L. A. “Parcerias” com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n26, p.262-305, jan./abr., 2011.

FERRARI, D.L. **Cadeias Agroalimentares Curtas: a Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FRIZZERA Jr, J. L. BONADIMAM P. A.; SANTOS, M. M. Oza E. F. LUSINÉRIO, P. **Impactos Sociais da Feira Agroecológica No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Santa Teresa**. SEAGRO: Anais de Semana do Curso de Agronomia do CCAE/UFES, v. 2, n.1, 2018

GARCIA-PARPET, M. F. **Feira e Trabalhadores Rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano**. Rio de Janeiro: tese de doutorado- UFRJ, 1984

GRAZIANO J. da S. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HAESBAERT, R. Definindo território para entender a desterritorialização. In: HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 2006.

IEA-SP. **Instituto de Economia Agrícola. Cana de Açúcar**. 2016. Disponível em: http://ciagri.iea.sp.gov.br/bancoiea_teste/cadeia/cadeiaCana.aspx acesso em: 16 ago. 2017.

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Portaria 077/2004**. 2004. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/legislacao.aspx> acesso em: 17 ago. 2017.

- JUNQUEIRA, A. H.; PEETZ, M. S. **100 anos de feiras livres na cidade de São Paulo**; São Paulo: Via Imprensa Edições de Arte, 2015. 312 p
- KAGEYAMA, A. (coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas: Unicamp, 1987.
- KUNESKI, M.; CAZELLA, A. A.; KARAM, K. F. **Apoio a consumidores de produtos agroecológicos na região da Grande Florianópolis**. In: EXTENSIO, n. 1, 2004.
- KURANAGA, A. A. **Feiras do produtor: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara**. Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2006.
- LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR. (Org.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000.
- LIMA, J. S. G. Segurança Alimentar e Nutricional: Sistemas agroecológicos são a mudança que a intensificação ecológica não alcança. **Ciência e Cultura**, v.69, n.2, São Paulo, Apr./Jun. 2017.
- LOPES, A. W. P.; CARMO, M. S.; BERGAMASCO, S. M.; FERRANTE, V.L.S.B. Práticas e estratégias em diferentes modalidades de assentamento rural, **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.17, n. 2, 2014.
- MARTINEZ, E. Os limites do planejamento de produção e comercialização para o abastecimento de feiras agroecológicas o caso de Chapecó (SC). In. LOVATO, P. E.; SCHMIDT, W.(orgs.) **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local**. Chapecó: ARGOS; 2006.
- MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, p.424-438, 2000.
- MICHELON E. ; COSTA E.R.; RITTER P. S.; ARAGÃO, R. M.; TANOU, H. T. **Feira Do Produtor e os entraves à sua organização e a comercialização: o caso de Paçandu**. XLV Congresso da SOBER, UEL, Londrina, 2007
- MÜLLER, G. As relações micro-macro e indústria agroalimentar: o poder econômico e a pesquisa em ciências sociais. **Rascunho**. Araraquara, n. 1, p. 1-53, jun. 1989.
- NEEA. **Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para agricultura familiar da região central do estado de São Paulo**. Relatório Técnico Chamada CNPq 39/2014 138p. 2017
- NEUTZLING, D. M. CALLADO A. L. C. GAMARRA, J. E. T. RODRIGUEZ I. C. **Consumidor de alimentos orgânicos: um estudo na feira de agricultores ecologistas (FAE) de Porto Alegre**. Anais SOBER, 2010
- NORA, F. D.; ZANINI, M. C. A feira como um espaço de sociabilidade. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 18, n. 1, p. 135-154, 2015.

- PECQUEUR, B. A Guinada Territorial da Economia Global. In: **Política e Sociedade**, n. 14, p. 78-106, abr. 2009
- PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. E. F. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar**. Brasília: DF, Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf> Acesso em 15 de dezembro de 2018.
- PIZZAIA, L. G. E. **A Organização de Controle Social em assentamentos de Reforma Agrária: um estudo de quatro organizações na região centro-oeste do estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente). Universidade de Araraquara, UNIARA, 2019.
- QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.D. dos. Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.12, Nupedor/Uniara, p.47-68, 2009.
- SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W. I. ; CALDAS, VELLEDA, N. **As Feiras-livres de Pelotas sob o Império da Globalização: Perspectivas e Tendências**. 1. ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, v. 1. 197 pg. 2005.
- SANTOS, D. C. L. P. LEITE, E. F. SILVA, C. M. FONSECA S.M.M. **Empreendedorismo sustentável: perfil dos produtores da feira agroecológica da orla de Olinda – PE**, Holos, Ano 29, Vol 2, 2013
- SANTOS, M. **1992: a redescoberta da Natureza**. Estudos avançados, vol.6, n.14, pp.95-106, 1992.
- SANTOS, M. **O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise**, Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, No 2, 1999, p. 15-26
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, M. A. **A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial**. Rev. Bras. Estud. Urb. Reg., São Paulo, V.20, N.3, p.479-505, 2018.
- SAQUET, M. El Desarrollo en una Perspectiva Territorial Multidimensional. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, V. 02, N. 01, 2013.
- SAQUET, M. A.; MEIRA, R. **Redes curtas de comercialização: a proximidade política, pessoal e espacial da articulação entre o rural e o urbano**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 6, N. 2, 2017.
- SCARABELOT, M; SCHNEIDER, S. **As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local: Um estudo de caso do município de Nova Veneza, SC**. Revista Faz Ciência V.15 (20). 101-130, 2012
- SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural**. *Sociologias*[online]. 2011, vol.13, n.27, pp.180-219.

- SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – O processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.
- SCHULTZ, G. **Relações com o mercado e (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica**. 2006. 280 p. Tese (Doutorado) – Curso de Pós – Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- SEN, A. Os fins e os meios do desenvolvimento. In: **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 51-71. 2000.
- SILVA, D. A. **O perfil do consumidor da feira de transição agroecológica do bairro Valentina Figueiredo, na cidade de João Pessoa – PB**. Periódicos, UEM, v.9 n.107, 2010
- SILVA, A. M. N. ALBUQUERQUE, J. L. FILHO, D. F. NASCIMENTO, R.P.L. SILVA, S. S. **Uma análise do perfil dos consumidores de produtos orgânicos em Pernambuco: o caso da feira agroecológica Chico Mendes, Recife – PE**. XLVI Congresso da SOBER, 2008
- SILVESTRE L. H. A.; RBEIRA, A. E. M.; FREITAS, C. S. **Subsídios para o apoio à construção de um programa público de apoio à feira livre no Vale do São Francisco, MG**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 13 n. 2 p. 186-200, 2011.
- SINGER, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Revista *Estudos Avançados*, v. 18, n. 51, pp. 7-22. 2004.
- STETTER, E.A. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada? (um estudo nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro)**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, maio de 2000.
- TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- WUERGES E. W.; SIMONS A. A. **Feiras Livres como uma forma de popularizar a produção e o consumo de hortifrutigranjeiros produzidos com base na Agroecologia**. Revista Brasileira de Agroecologia, out. 2007. Vol.2 No. 2.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
 Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro – Araraquara - SP
 CEP 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263

www.uniara.com.br/comite-de-etica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: Cadeias curtas agroalimentares como alternativas de comercialização no território do agronegócio da cana

Pesquisador Responsável: Augusto Paschoalino

Nome do participante:

Idade:

R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “*Cadeias curtas agroalimentares como alternativas de comercialização no território do agronegócio da cana*” de responsabilidade do pesquisador Augusto Paschoalino.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo investigar como e porque a comercialização de produtos agrícolas através de cadeias curtas de comercialização (venda direta) auxilia ou não o produtor assentado na geração de renda, autonomia e permanência na terra.
 2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em participar de entrevistas abertas com no máximo 1 hora de duração, que poderão ser gravadas e transcritas.
 3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de possível constrangimento ao responder algumas questões do roteiro de entrevista. Reforça-se que o nome do participante será mantido em sigilo e que os dados serão apenas avaliados pelo pesquisador. Se o participante estiver desconfortável, poderá desistir de participar da entrevista a qualquer momento.
 4. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo com o avanço das pesquisas científicas no âmbito do campo, para o desenvolvimento dos assentamentos e fortalecimento dos agricultores assentados. O benefício direto aos participantes entrevistados é a valorização de sua cultura e modo de vida dentro de um trabalho científico.
-



**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263

www.uniara.com.br/comite-de-etica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

5. A minha participação neste projeto deverá ter a duração de no máximo 1 hora por entrevista, sendo que poderá ocorrer até 2 entrevistas. A entrevista poderá ser gravada, caso necessário.

6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

7. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determinação.

8. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

9. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa.

10. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Augusto Paschoalino, pesquisador responsável pela pesquisa, telefone: 16-991870018, e-mail: augusto.paschoalino@gmail.com, com a Profa Dra Vera L. S. B. Ferrante, orientadora do projeto e-mail: vbotta@techs.com.br e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: 3301.7263, e-mail: comitedeetica@uniara.com.br.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do participante

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

Anexo B - Regulamento interno da feira de produtos agroecológicos na UNIARA

PRINCÍPIOS GERAIS

A Feira de Produtos Agroecológicos organizada pelo Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia (NEEA) – ligado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA – terá como local de funcionamento espaços internos da Universidade, será voltada estritamente a produtores rurais agroecológicos e orgânicos e sua gestão será de responsabilidade de comissão formada por representantes do referido grupo, dos consumidores e dos agricultores envolvidos com a iniciativa.

O intuito da feira é estimular os agricultores a comercializarem diretamente sua produção junto aos consumidores finais, sem intermediários, praticando um preço justo a eles produtores e aos consumidores, se garantindo a todos o acesso a um alimento orgânico, com maior valor biológico e isento de resíduos de agrotóxicos; e também de criar um espaço de interação entre produtores rurais e os consumidores urbanos e a troca de conhecimentos entre seus participantes.

A instituição UNIARA apenas cede seu espaço para a realização das feiras, não possuindo responsabilidade em sua organização.

SOBRE O PROCESSO

A UNIARA destinará um espaço físico para a realização de uma feira semanal de produtos agroecológicos e orgânicos, inicialmente às terças-feiras, pois foi o dia em que houve consenso entre os produtores e a Universidade.

Os agricultores interessados em participar da feira deverão formalizar seu pedido junto ao NEEA, e comprovar que sua produção é de cunho estritamente agroecológico e/ou orgânico, pelos processos legais do país.

No caso dos agricultores familiares em processo de transição da produção convencional para a agroecológica/orgânica, sua aceitação na feira será definida caso a caso, tendo em vista que será realizado um processo de monitoramento e acompanhamento da produção pela comissão gestora da feira.

RESPONSABILIDADES DOS ATORES

O NEEA reserva-se o direito de confirmar ou recusar a participação de Produtores na Feira com base em critérios como adequação e qualidade dos produtos, conforme o parecer da comissão de controle da feira.

O NEEA definirá o(s) local(ais) e o(s) espaço(s) destinados à(s) feira(s), e a localização das bancas de comercialização de cada participante em função da disponibilidade de espaço e critérios de ordem técnica, sendo possível solicitar ampliação ou alteração do espaço no decorrer o processo.

O NEEA se responsabilizará por fornecer o espaço em condições de uso, e manterá um tratamento uniforme junto a todos os participantes.

O NEEA realizará atividades de cadastro, fiscalização, acompanhamento, capacitação, pesquisa e comunicação junto aos grupos de produtores participantes da feira.

O NEEA realizará periodicamente o perfil da produção dos participantes e os métodos pelos quais realizam sua produção.

O NEEA produzirá, com a orientação e o apoio da Comissão de Feira, material promocional de divulgação da Feira junto à mídia em geral e em espaços afins à proposta.

Os agricultores interessados em participar da feira deverão assinar o Termo de Adesão e Compromisso com a feira na UNIARA, no qual confirmam ter conhecimento e seguir as orientações do Regulamento Interno da Feira e demais condições de participação.

Os produtores deverão comprovar que sua produção é orgânica ou agroecológica e deverão participar de todas as ações inerentes ao funcionamento da feira.

Os participantes deverão cumprir com rigor o Regulamento Interno da feira, assim como as normas determinadas pela administração da feira, e pelas estruturas e órgãos que regulamentam a produção e o mercado de produtos orgânicos em âmbito municipal, estadual e federal.

Os agricultores credenciados a participar das feiras na UNIARA deverão aceitar ser inspecionados pela equipe designada para tal, em suas operações de produção, processamento, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos.

Os agricultores credenciados deverão fornecer aos organizadores da feira todas as informações sobre a produção, o processamento e a comercialização da produção, inclusive o romaneio da produção trazida para a comercialização e os volumes efetivamente comercializados.

Os agricultores se comprometem a aderir à certificação participativa por OCS (Organismo de Controle Social), instrumento que dá legitimidade e credibilidade às suas produções agroecológicas.

Os agricultores credenciados deverão comunicar aos organizadores da feira quando houver necessidade de faltar à feira.

Os agricultores participantes se responsabilizarão por suas próprias barracas e devem utilizar material devidamente higienizado para forrar as mesmas e manter os princípios de Boas Práticas de Higiene no asseio pessoal, na manipulação, transporte, carregamento, acondicionamento e exposição do produto até o consumidor final.

Todas as normas da Vigilância Sanitária deverão ser cumpridas pelos produtores rurais, não cabendo à organização do evento nenhum ônus em casos de seu descumprimento.

Eventuais problemas com algum produto colocado na feira, o produtor do mesmo será responsabilizados pelos danos causados a terceiros.

Os participantes da feira devem se comprometer a respeitar os horários estabelecidos para montagem e desmontagem das barracas, a participar de toda a programação da Feira, apresentando-se pontualmente e não se ausentando sem aviso prévio à equipe de coordenação da Feira.

Os agricultores devem respeitar os espaços destinados à instalação de cada barraca, assim como os espaços destinados à circulação dos consumidores.

Devem também manter tratamento respeitoso, correto e digno junto aos consumidores, aos demais participantes da Feira e à comissão responsável por sua operacionalização, comportamento este que deve ser extensivo a todos que utilizam o espaço, sejam eles produtores, consumidores e funcionários da UNIARA.

Caso necessário será estabelecida, de comum acordo com todas as partes envolvidas, uma taxa de participação, destinada à administração e organização do espaço da feira, cujo valor e forma de pagamento deverão ser de consenso entre as partes.

O participante é responsável pela manutenção e funcionamento do espaço a ele destinado durante todo o tempo da feira, e pela entrega de tal espaço nas mesmas condições em que o encontrou, através do recolhimento e destinação correta de todos os resíduos resultantes do processo de comercialização ao fim do evento.

SOBRE A ENTRADA DOS PARTICIPANTES

Os agricultores orgânicos e agroecológicos interessados em participar das feiras deverão preencher ficha de Solicitação de Adesão à feira.

Os produtos deverão ser comercializados na feira com valor de “produtor”, ou seja, com valor comercial justo, que será definido pelo próprio participante e poderá ser contestado a qualquer momento por outros produtores ou clientes da feira. Neste caso, a comissão da feira se responsabilizará por analisar e solucionar os problemas eventualmente sugeridos no decorrer do processo.

CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE TERCEIROS

Em princípio a feira é destinada a produtores rurais orgânicos de forma individualizada. Todavia poderá ser autorizada a comercialização de produtos de terceiros, no caso dos

agricultores que participem de grupos formais e informais de produção orgânica, assim como organizações formais e informais que sejam compostas por produtores orgânicos.

E em tais casos o participante deve atender aos procedimentos estabelecidos pela organização da Feira e fornecer a Declaração de Intenção de Venda.

Somente após atender a todos os requisitos anteriores e sua proposta for aprovada pela comissão organizadora, o agricultor poderá comercializar na feira produtos de terceiros. Em caso de não cumprimento, estará sujeito às penalidades previstas neste Regulamento.

PROCESSO E PENALIDADES APLICÁVEIS AOS PARTICIPANTES QUE DESCUMPRIREM O REGULAMENTO E AS NORMAS DA FEIRA

Qualquer dúvida ou problema que surgir no decorrer do processo de comercialização será encaminhado à comissão encarregada da coordenação da feira, a qual procederá à análise e avaliação do problema e deliberará sobre que providências tomar.

Dentre as medidas passíveis de serem tomadas pela comissão relacionam-se:

- Advertência por escrito ao produtor e estabelecimento de um prazo para a correção e/ou adequação do problema;
- Suspensão temporária do agricultor para participar do processo de comercialização;
- Exclusão definitiva do produtor do processo de comercialização.

Outros problemas, alterações, sugestões e situações não previstas neste regulamento, que surgirem no processo de realização das feiras, serão analisados e deliberados pela Comissão Gestora da Feira, cabendo à ela tomar as medidas cabíveis.

Araraquara, 09 de agosto de 2016.

Anexo C - Regulamento interno da feira de produtos orgânicos e artesanais “Da Roça para a Mesa”

PRINCÍPIOS GERAIS

A Feira de Produtos Orgânicos e Artesanais “Da Roça para a Mesa” tem seus princípios e valores balizados pela agroecologia, pela economia solidária, pela segurança alimentar, pelo comércio justo, pelo respeito ao meio ambiente e pela autogestão.

Buscam-se relações de intercâmbio respeitadas entre as pessoas e entre estas com a natureza, fortalecendo vínculos de cooperação e solidariedade e valorizando o trabalho social humano no campo e na cidade, no intuito de ampliar as liberdades e a autonomia dos atores envolvidos, bem como a ética em suas relações.

OBJETIVOS

- 1) Estimular agricultores a comercializarem diretamente sua produção aos consumidores finais, sem intermediários, praticando preço justo a ambos e garantindo o acesso a um alimento orgânico, com maior valor biológico e isento de resíduos de agrotóxicos, promovendo o consumo consciente e mais saudável;
- 2) Criar um espaço de interação entre produtores rurais e consumidores urbanos e a troca de conhecimentos entre seus participantes.

- 3) Fomentar atividades e oficinas socioeducativas e culturais para fortalecimento dos princípios norteadores da feira.

LOCAL

Praça da Fonte Luminosa - DAAE situada na Rua Napoleão Selmi Dei, 26; Araraquara. CEP: 14802-500

DISTRIBUIÇÃO DOS FEIRANTES NO LOCAL

Os locais dos feirantes são pré-definidos de acordo com a setorização do espaço entre orgânicos e artesanais.

DIA E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Às terças-feiras das 15:30 às 19:30 (Montagem a partir das 15:00 e a desmontagem após as 19:30)

SOBRE OS PRODUTOS ORGÂNICOS (Frutas, legumes e verduras)

Entende-se por produtos orgânicos os produtos obtidos em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. Tal qual estabelecido no Artigo 2º da lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003.

SOBRE OS PRODUTOS ARTESANAIS

Entende-se por produtos artesanais produtos produzidos por artesãos totalmente a mão ou com ajuda de ferramentas manuais, ou ainda, com a utilização de meios mecânicos desde que a contribuição manual direta do artesão seja o componente mais importante do produto elaborado. Devendo ser priorizados produtos artesanais que se enquadram nos princípios e valores norteadores.

SOBRE A COMISSÃO GESTORA

A comissão é formada por participantes dos segmentos: 1) orgânicos 2) artesanais 3) consumidores 4) membros do NEEA/NUPEDOR

SOBRE AS RESPONSABILIDADES DOS ATORES

A **comissão gestora** da feira reserva-se o direito de confirmar ou recusar a participação de expositores com base em critérios como adequação e qualidade dos produtos, conforme o parecer dos membros da comissão.

A **comissão gestora** se responsabilizará por fornecer o espaço em condições de uso, e manterá um tratamento uniforme junto a todos os expositores.

A **comissão gestora** realizará atividades de cadastro, fiscalização, acompanhamento, capacitação, pesquisa e comunicação junto aos grupos de produtores participantes da feira.

A **comissão gestora** realizará periodicamente o perfil da produção dos participantes e os métodos pelos quais realizam sua produção.

A **comissão gestora**, com a orientação e o apoio dos expositores, produzirá material promocional de divulgação da feira junto à mídia em geral e em espaços afins à proposta.

Os **expositores de orgânicos** deverão comprovar que sua produção é orgânica ou agroecológica por meio de declaração exposta.

Os **expositores** credenciados a participar da feira deverão aceitar ser inspecionados pela equipe da comissão, em suas operações de produção, processamento, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos.

Os **expositores** credenciados deverão fornecer a comissão da feira todas as informações sobre a produção, o processamento e a comercialização da produção, inclusive o roteamento da produção trazida para a comercialização e os volumes efetivamente comercializados.

Os **expositores** credenciados deverão comunicar a comissão da feira quando houver necessidade de faltar à feira. A comunicação poderá ser feita Via grupo do Whatsapp. Não sendo permitido faltar 3 vezes seguidas sem justificativa.

Os **expositores** se responsabilizarão por suas próprias barracas e devem utilizar material devidamente higienizado para forrar as mesmas e manter os princípios de Boas Práticas de Higiene no asseio pessoal, na manipulação, transporte, carregamento, acondicionamento e exposição do produto até o consumidor final.

Os **expositores** deverão cumprir as normas da Vigilância Sanitária não cabendo à comissão nenhum ônus em casos de seu descumprimento. O expositor será responsabilizado por eventuais danos causados a terceiros.

Os **expositores** devem se comprometer a respeitar os horários estabelecidos para montagem e desmontagem das barracas.

Os **expositores** devem respeitar os espaços destinados à instalação de cada barraca, assim como os espaços destinados à circulação dos consumidores.

Os **expositores** devem manter tratamento respeitoso, correto e digno junto aos consumidores, aos demais participantes da Feira e à comissão responsável por sua operacionalização, comportamento este que deve ser extensivo a todos que utilizam o espaço, sejam eles produtores, consumidores e funcionários do DAAE.

Os **expositores** são responsáveis pela manutenção e funcionamento do espaço a ele destinado durante todo o tempo da feira, e pela entrega de tal espaço nas mesmas condições em que o encontrou, através do recolhimento e destinação correta de todos os resíduos resultantes do processo de comercialização ao fim do evento.

SOBRE AS REUNIÕES

As reuniões da comissão serão mensais e abertas, na última semana do mês, podendo ser convocada reunião extraordinária e assembleias gerais sempre que necessário.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 1) Entrada de participantes: Os interessados em participar da feira deverão assinar o Termo de Adesão e Compromisso com a feira, no qual confirmam ter conhecimento e seguir as orientações do Regulamento Interno da Feira e demais condições de participação.
- 2) Saída de participantes: deverá ser comunicada com pelo menos 15 dias de antecedência e assinar um termo de desligamento

CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS DE TERCEIROS

Em princípio a feira é destinada a produtores rurais orgânicos de forma individualizada. Todavia poderá ser autorizada a comercialização de produtos de terceiros, no caso dos agricultores que participem de grupos formais e informais de produção orgânica, assim como organizações formais e informais que sejam compostas por produtores orgânicos. E em tais casos o participante deve atender aos procedimentos estabelecidos pela organização da Feira e fornecer a Declaração de Intenção de Venda.

Somente após atender a todos os requisitos anteriores e sua proposta for aprovada pela comissão organizadora, o agricultor poderá comercializar na feira produtos de terceiros. Em caso de não cumprimento, estará sujeito às penalidades previstas neste regulamento.

PENALIDADES

Qualquer dúvida ou problema que surgir no decorrer do processo de comercialização será encaminhado à comissão encarregada da coordenação da feira, a qual procederá à análise e avaliação do problema e deliberará sobre que providências tomar.

Dentre as medidas passíveis de serem tomadas pela comissão relacionam-se:

- Advertência ao expositor de um prazo para a correção e/ou adequação do problema;
- Suspensão temporária do expositor para participar do processo de comercialização;
- Exclusão definitiva do expositor do processo de comercialização.

Outros problemas, alterações, sugestões e situações não previstas neste regulamento, que surgirem no processo de realização das feiras, serão analisados e deliberados pela Comissão Gestora da Feira, cabendo a ela tomar as medidas cabíveis.

Araraquara, 16 de outubro de 2018.

Anexo D – Lei municipal sobre o Programa Negócio do Campo

LEI MUNICIPAL Nº 8.288, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Autógrafo nº 182/14 - Projeto de Lei nº 178/14

Autoria: Prefeitura Municipal de Araraquara

Cria e regulamenta as atividades do Programa Negócio do Campo e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Araraquara, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 05 de agosto de 2014, promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Da Definição e Objetivos

Art. 1º Fica instituído o Programa Negócio do Campo, sob gestão da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º O Programa possui como objetivo central o apoio à comercialização, no varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, doces, produtos derivados do leite e da industrialização artesanal, artigos oriundos do artesanato, cultura e lazer e outros gêneros alimentícios.

Art. 3º São objetivos do Programa Negócio do Campo:

- I - facilitar, prioritariamente, o escoamento da produção agrícola dos agricultores familiares de Araraquara e de assentamentos rurais;
- II - estimular a diversificação da produção agrícola municipal;

III - promover a auto-sustentabilidade financeira da agricultura familiar, melhorando sua condição sócioeconômica

e estimulando a criação de novos empregos rurais;

IV - incentivar o trabalho e a organização associativa;

V - aumentar e diversificar a produção de hortifrutigranjeiros na região de Araraquara e nos assentamentos

rurais;

VI - beneficiar o consumidor, por meio da comercialização de produtos com melhor qualidade e a preços mais

acessíveis;

VII - ser instrumento da política de abastecimento e segurança alimentar do Governo Municipal.

CAPÍTULO II

Da criação e Gestão das Modalidades do Programa

Art. 4º As Modalidades do Programa Negócio do Campo serão criadas e regulamentadas por decreto.

Art. 5º Para manutenção da ordem e do bom funcionamento das modalidades incluídas no Programa Negócio

do Campo poderá ser criada Comissão Gestora para cada uma delas.

CAPÍTULO III

Dos Produtos Comercializados

Art. 6º Em cada Modalidade do Programa Negócio do Campo somente será permitida a comercialização dos produtos mencionados no artigo 2º desta Lei.

Parágrafo único. Não será permitida a venda de gêneros cuja produção ou extração configurem dano ou ameaça de dano ao meio ambiente, principalmente em Áreas de Mananciais e/ou Áreas de Proteção Permanente.

CAPÍTULO IV

Da Forma de Participação

Art. 7º O Programa Negócio do Campo acolherá agricultores de Araraquara, devidamente cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura, que se enquadrarem nos seguintes critérios:

I - ser arrendatário, meeiro, parceiro, assentado em programas de reforma agrária ou proprietário de imóvel (is)

rural (is), cuja área, ou a soma das áreas, no caso de possuir mais de um imóvel, não ultrapasse 4 módulos fiscais;

II - produzir os hortifrutigranjeiros, gêneros agroindustriais e/ou artesanato rural.

Art. 8º Poderá ser permitida ao participante a venda de gêneros de outros produtores da agricultura familiar, mediante prévia aprovação e respeitando os limites impostos pela Secretaria Municipal de Agricultura.

CAPÍTULO V

Da Localização e Horário

Art. 9º Os pontos de execução e os horários das atividades das diferentes modalidades do Programa Negócio do Campo serão pré-determinados pela Secretaria Municipal de Agricultura.

CAPÍTULO VI

Da Fiscalização

Art. 10. A Secretaria Municipal de Agricultura será responsável pela fiscalização do Programa Negócio do Campo.

Art. 11. Os procedimentos de fiscalização terão como função:

I - instruir os participantes sobre as normas e regulamentos do Programa;

II - orientar os motoristas dos veículos de transporte sobre a disciplina na descarga e recarga de mercadorias;

III - fiscalizar e exigir dos participantes o cumprimento de normas de disciplina, de higiene e de limpeza, produção e transporte e as deliberações das Comissões Gestoras, bem como o cumprimento das normas da Vigilância Sanitária.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 12. Em caso de necessidade, fica o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, autorizado a firmar parcerias, acordos, termos de cooperação e convênios com entidades, associações e cooperativas voltadas para o desenvolvimento do projeto.

Art. 13. Para fiel observância e cumprimento desta Lei o Poder Executivo expedirá os atos administrativos que se fizerem necessários, bem como o decreto regulamentador.

Art. 14. As despesas decorrentes da celebração da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário, observada a disponibilidade de recursos financeiros.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 6.570, de 23 de maio de 2007.

Prefeitura do Município de Araraquara, aos 13 (treze) dias do mês de agosto do ano de 2014 (dois mil e quatorze).

Marcelo Fortes Barbieri

Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria Municipal de Governo, na data supra.

Delorges Mano

Secretário de Governo

Arquivada em livro próprio nº 01/2014. (“PC”).

APÊNDICE – Atas das reuniões com os feirantes

FEIRA DE ORGÂNICOS E ARTESANAIS “DA ROÇA PARA A MESA”

Memória-Ata: Reunião 04/09/2018

Local: Praça do DAAE

Horário: entre as 19 e 20 horas.

Presentes: Toninho, Joana, Edna, Seu João, Rubens, Vinícius Músico, Vinicius Artesanato/Brotos, Isabela, Lara, Camila Borsa, Lucas Mekaô, César Giordano, Edson e Augusto, relator desta memória.

*No final também se fizeram presentes Caio do IBS e Ney.

Tema central: Necessidade da reformulação do antigo regulamento interno da feira.

Esta memória-ata pode (e deve) ser mexida, acrescentando temas e outras percepções que podem não ter sido bem expressadas aqui.

.....

O encontro ocorreu já à noite, antes do término da feira. Reunimo-nos em roda no espaço atrás das barracas, a maioria sentou-se em caixas de plástico disponibilizadas pelo Toninho. Eu, que lhes escrevo esta memória, puxei a conversa salientando a necessidade de repensarmos o antigo regulamento interno, já defasado em diversos aspectos, como no que diz respeito ao local da feira, os critérios de entrada e saída, a formação da comissão, a necessidade de contemplar os novos produtores não agrícolas, e também a possível inserção junto à lei municipal do negócio do campo. Para embasar minha fala, tinha em mãos o regulamento inicial, datado de 09/08/2016; a lei municipal número 8.288, que normatiza sobre o programa “negócio do campo” e uma cartilha sobre “caminhos para práticas do consumo responsável”*, produzida e organizada pelo Instituto Kairós em parceria com o Ministério da Agricultura, com enfoque na organização de feiras agroecológicas por meio da parceria entre produtores e consumidores. Fiz a leitura dos possíveis temas a serem abordados no regimento interno, tal qual descrito na página 16 da cartilha. Foi consenso entre o grupo a necessidade de serem repensados todos estes temas, e novamente em comum acordo, nos comprometemos em nos esforçarmos para, até o final do mês de Setembro, construirmos coletivamente um documento consistente que nos sirva como um conjunto de regras, princípios e valores.

Após a explanação inicial, os presentes expressaram suas ideias e opiniões. Toninho foi o primeiro quem falou. Iniciou a fala fazendo um resgate dos dois anos da feira e nos contando, brevemente, sobre o processo de transição de sua produção no campo. Também salientou a necessidade de pensarmos em critérios para a entrada de novo produtores, pois a transição não é feita do dia para a noite, sendo necessário estabelecer um tempo e critérios claros. Em seguida a fala do Toninho, debatemos a importância da apropriação dos próprios membros da feira aos valores agroecológicos e que estes valores possam estar bem apresentados e expressados no novo documento.

Joana e Edna fizeram falas sobre a não utilização de venenos na produção, se comprometendo a produzirem nas diretrizes agroecológicas e convidando os participantes que ainda não conhecem suas produções a irem as suas roças. Joana também fez um alento sobre o problema da pulverização aérea no município.

César Giordano fez explanação sobre as OCS (Organização de Controle Social) e a importância dos produtores estarem vinculado a estas e de fato fazendo o controle social. Lucas Mekaô reforçou a fala sobre a OCS e a necessidade dos envolvidos na feira se apropriarem dos valores agroecológicos. Lara sugeriu e indagou a possibilidade da mudança de nome da feira, para que seja mais condizente com o atual momento dos participantes. Camila Borsa indagou sobre a questão da venda de produtos de origem animal. Comentei sobre o projeto “Yoga na Feira” que está sendo pensando junto com a Camila Borsa. Rubens sugeriu a organização de um dia de troca de sementes, que foi uma ideia bastante aceita pelo grupo presente. Seu João falou sobre a importância de socializarmos tarefas e funções para que não sobrecarregue apenas uma pessoa.

Já estava ficando tarde e fazia bastante frio no fim do inverno araraquarense, decidimos finalizar o encontro, compreendendo a importância do espaço de troca e discussão, e nos comprometendo a nos reunirmos mais uma vez antes da leitura final do regulamento.

*A cartilha foi disponibilizada ao grupo todo via (WhatsApp).

Memória-Ata Encontro Comissão da Feira 03/Outubro/2018

Local: NUPEDOR

Presentes: Larissa, Augusto, Hermano, Lara e João.

Tema: Atualização do regulamento interno

Na tarde de quarta-feira se encontraram na sala do NUPEDOR os presentes membros da comissão da feira para discussão e aprofundamento do regulamento interno. Foram discutidos os tópicos: Princípios Gerais; Responsabilidades dos atores; Local e distribuição dos expositores; Definição de horário/dia; Definição de produtos orgânicos; Definição de produtos artesanais; Sobre as reuniões; Sobre os critérios de entrada e saída; Sobre um fundo ou taxa da feira; Fomento a atividades culturais e oficinas; e as Penalidades.

Como encaminhamento ficou decidido que o Augusto redigirá os ajustes no documento. O Seu João entrará em contato com o Helton para pedir a planta/croquí do espaço da feira. E os presentes como um todo buscarão informações para saber a situação do SIM para comercialização dos ovos, mel, pão de mel e etc.

Memória-Ata - Assembleia Feira 13/11/2018.

Tema central: Leitura do regulamento interno

Presentes: Augusto, Lucas (Mekaô), Bruna, Hermano (Raízes de Gaia), Edvaldo, Sirlei, Toninho, Dona Fátima, Lara (Minhocaria), Marcel, Joana, Luisinho, Edna, Rubens, Carlos (Cachaça artesanal).

Informes: Sobre a divulgação e comunicação com o DAAE.

Fizemos a leitura e discussão do regulamento interno, que passará por pequenas alterações.

Definimos que a feira continuará do lado direito (lado dos bebedouros). Todos os presentes acharam que a feira funciona melhor daquele lado, principalmente por conta do Sol. Aprovamos a setorização da feira entre orgânicos e artesanais. Toninho e Luisinho entram como membros na comissão gestora da feira, sendo assim, a composição da comissão fica da seguinte maneira: Augusto e Larissa (representantes do NUPEDOR/NEEA), Sirlei, Lara e Hermano (representante dos artesanais) Seu João (representante dos consumidores) Toninho e Luisinho (representante dos orgânicos).

Não houve consenso sobre onde ficará o espaço individual de cada feirante/expositor, sendo esta a principal questão para focarmos nas próximas feiras. Serão feitos testes para sentirmos e identificarmos onde cada feirante/expositor fica mais bem localizado (respeitando a setorização orgânico-artesanal) e para a harmonia espacial da feira como um todo. Para isto, será útil o croqui do espaço que será disponibilizado pelo DAAE.

Encaminhamentos:

Buscar outro (a) consumidor (a) para entrar como membro da comissão gestora.

Dedicarmos esforços para organizarmos os espaços individuais de cada feirante/expositor, seguindo a lógica da setorização orgânicos - artesanais.

